

MADALENA GAMBÔA CAMELO

**A CPLP NA POLÍTICA EXTERNA DOS SEUS
ESTADOS-MEMBROS**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, no dia 08/04/2024, perante o júri, com o Despacho de Nomeação n.º 737/2024, de 28 de fevereiro, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Vasco Rato

Arguente: Prof. Doutor Armando Marques Guedes

Orientador: Prof. Doutor José Filipe Pinto

**Universidade Lusófona
Lisboa 2022**

EPIGRAFE

“Os valores são o eixo da roda. A roda anda, passa por mudanças, e o eixo
acompanha a roda, mas não anda.”

Professor Adriano Moreira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus avós, Mário e M^a da Conceição,
e à minha querida mãe. Sem eles nada seria possível.
Obrigado por serem o meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi desenvolvida sob a orientação do Professor José Filipe Pinto, a quem fico eternamente agradecida por ter aceitado orientar esta pesquisa, tendo sido crucial o seu apoio, sabedoria e coordenação. Agradeço-lhe todo o seu tempo e atenção cuidadosa ao longo deste trabalho. Apenas desta forma foi possível chegar a bom-porto.

Agradeço ao meu pai, que não podendo estar presente fisicamente, sei que certamente estará muito orgulhoso por me ver concluir esta etapa. Saber que observa cada passo meu tornou-se uma ferramenta de resiliência. À minha querida mãe, que é a minha melhor amiga, o meu apoio incondicional e a quem um agradecimento nunca será suficiente.

Quero igualmente deixar uma palavra de agradecimento a todos os professores da Universidade Lusófona, que integraram o corpo docente do mestrado de Diplomacia e Relações Internacionais, pelos conhecimentos transmitidos, pelas dinâmicas criadas, o estímulo de pensamento crítico e debate. Foram, igualmente, parte desta viagem.

Por último, um agradecimento ao embaixador Francisco Ribeiro Telles, pelo seu marcante contributo, tempo e atenção, dentro de uma agenda preenchida, que permitiu que esta dissertação tivesse a perspetiva de quem trabalhou e vivenciou na primeira pessoa, enquanto Secretário Executivo, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

RESUMO

A essência dos Estados é a competição. Porém, num mundo atual tão globalizado, estes foram-se moldando e adaptando à nova realidade, nomeadamente, de interdependência, que faz com que se torne mais vantajoso que os países cooperem entre si, de forma a usufruírem dos benefícios daí decorrentes.

Após o fim do império português, foi neste contexto de cooperação que se deu a criação da CPLP. Este projeto foi marcado desde o início pela heterogeneidade, no que concerne à visão que os Estados-Membros têm da comunidade. Mesmo que no plano teórico seja uma comunidade com base cultural, assente na língua portuguesa, posteriormente, outros interesses foram surgindo e tomando lugar na agenda de prioridades de cada um dos países. Com esta pesquisa pretende-se compreender a realidade atual da relação dos Estados-Membros com a CPLP de forma a obter uma resposta fundamentada à questão de partida: **qual é o papel da CPLP na política externa dos seus Estados-Membros?**

Palavras-chave: CPLP; política externa; comunidade lusófona; espaço lusófono

ABSTRACT

The essence of the States is the competition. However, in such a globalized world nowadays, they have been molding and adapting to the new reality, namely, of interdependence, which makes it more benefic for countries to cooperate with each other, in order to enjoy the consequent benefits.

After the end of the Portuguese empire, it was in this context of cooperation that the creation of the CPLP took place. This project was marked from the beginning by heterogeneity in terms of the vision that the Member States have of the community. Perhaps in a theoretical plan this community is based in on a cultural level, settled on the Portuguese language, but other interests emerged in the planning agenda of the countries. This research intends to understand the current reality of the Member States relationship with the CPLP in order to obtain a fundamental answer to the starting question: **what is the role of the CPLP in the foreign policy of its Member States?**

Keywords: CPLP; foreign policy; lusophone community; lusophone space

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CE-CPLP – Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central
CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEN-SAD – Comunidade dos Estados do Sahel-Saara
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
COMESA – Mercado Comum da África Oriental e Austral
CONMEBOL – Confederação Sul-Americana de Futebol
CONSANTAT – Confederação Sul-Americana de Natação
CONSUDATLE – Confederação Sul-Americana de Atletismo
CONSUR – Confederação Sul-Americana de Rugby
CSV – Confederação Sul-Americana de Voleibol
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Food and Agriculture Organization
FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa
INE – Instituto Nacional de Estatística
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MNE – Ministérios dos Negócios Estrangeiros
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
OEA – Organização dos Estados Americanos
OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos
OMC – Organização Mundial do Comércio
OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazónica
PATHF – Federação Pan-Americana de Andebol
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB – Produto Interno Bruto
SADC – Southern African Development Community
UA – União Africana
UE – União Europeia

UL – União Latina

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZPCAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	10
Capítulo I: Contextualização Teórica: Descodificação de Conceitos.....	14
1.1. Definindo Comunidade.....	14
1.2. Fórum.....	18
Capítulo II: A Génese da CPLP: Origem, Prioridades, Estrutura Organizacional e Funcionamento.....	20
2.1. A Origem da CPLP: da Teoria à Consagração da Comunidade.....	20
2.2. Prioridades Embrionárias dos Estados-Membros.....	23
2.3. Órgãos e Funcionamento.....	24
Capítulo III: A CPLP nos Programas dos seus Estados-Membros.....	29
3.1. O Papel da CPLP na Política Externa dos Estados-Membros.....	29
3.2. Cooperação Económica e Empresarial: CE-CPLP.....	37
3.3. As Economias da CPLP: PIB, Inflação e IDH.....	39
Conclusão - Balanço Final entre as Prioridades Iniciais e Atuais.....	42
Bibliografia.....	46
Apêndices.....	50
Apêndice I.....	51
Apêndice II.....	55
Apêndice III.....	56

INTRODUÇÃO

Num Mundo globalizado, verifica-se a necessidade de os Estados se relacionarem entre si, embora privilegiando alguns em detrimento de outros por conta de laços históricos ou de interesses circunstanciais. Diretamente associadas às relações entre Estados estão as ferramentas de *soft power*, utilizadas nas negociações para fazer valer os interesses, mas concebidas de forma a respeitar os limites das soberanias dos Estados. Assim sendo, a área da política externa representa uma das mais relevantes de qualquer Estado, procurando fazer valer os interesses desse Estado a nível global, recorrendo a diversas estratégias, tais como ações diplomáticas, que visam alcançar os seus objetivos políticos e económicos no quadro das relações internacionais.

Mongiardim (2007) esclarece a clara disparidade entre os domínios de política externa e interna, sendo a principal característica definidora da política externa o “conjunto de actividades, de práticas, de documentos e de formalidades relativas às trocas e negociações entre Estados [...]”, ou seja, a sua área de atuação situa-se fora das fronteiras geográficas do país.

Analisando, sumariamente, a política externa portuguesa, esta pode ser definida como estável, no sentido em que, por norma, não tem sofrido “repentinas mudanças de rumo” (Cravinho, 2012, p. 162).

Presentemente é possível observar, segundo o governo nacional, uma base duradoura e consolidada, ainda que “mais densa, mais rica, mais ampla” (Santos Silva, 2018, p. 16), isto significa que atualmente Portugal conta com uma rede de amplitude estratégica muito maior e mais complexa. Porém, é de referir que já o modelo anterior, que serviu como base ao atual, contava com três pilares principais: Europa, Atlântico e Lusofonia (Carvalho, 2015, p.20). De notar que o papel da CPLP na política externa não é de agora. De facto, já em 2017 Adriano Moreira chamava a atenção que, enquanto parcela do antigo Império Euromundista, a situação portuguesa tinha características específicas, pois “Portugal foi o único Estado que conseguiu, com o apoio decisivo do Brasil, organizar a CPLP”. Era o assumir de que a CPLP representava uma realidade completamente diferente dos projetos que a França e a Inglaterra tinham tentando, pois “falhou a iniciativa francesa de uma articulação Euroafricana, com uma cooperação que desapareceu sem certidão de morte, falhou o projeto da União francesa, ambição do General De Gaulle” e por outro lado “falhou o projeto inglês de manter unido o Império da Índia, que originou três países”. Assim sendo, apesar da posterior criação de organizações como a Francofonia e a Commonwealth, a CPLP é uma entidade completamente diferente, sendo de notar que a Espanha, malgrado o seu

relacionamento com as antigas colónias, não conseguiu estabelecer uma verdadeira comunidade.

Importa neste momento compreender de uma forma mais precisa qual é, atualmente, esse peso em Portugal e nos demais Estados-Membros¹.

Neste seguimento surge a criação, em 1996, de um projeto que teve como objetivo primordial unificar, cultural, política e economicamente, os países que partilham entre si a língua portuguesa: a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Considerando que para trás fica um longo caminho que não se pode anular, mas que se tenta amenizar, marcado de ressentimentos e de feridas por sarar. As relações consequentes que daqui surgiram, num passado não tão longínquo, permanecem desiguais, porque embrionariamente há sempre um lado que beneficia mais.

Com a criação da CPLP nasceu a possibilidade de unificar os países que, por vontade própria, enquanto Estados soberanos, aceitaram abraçar esta Comunidade com a aspiração de cooperação a vários níveis. Contudo, as questões diretamente ligadas à CPLP, tal como a descolonização e o passado histórico intrínseco são mais complexas do que parecem num plano mais superficial, e numa perspetiva prática, ainda que a base de criação da CPLP seja cultural, os interesses que moveram as ex-colónias a envolver-se neste projeto porventura, não sejam o desejo de convívio ou de celebração histórica, na medida em que a relação colonizador-colonizado será sempre marcada pela desigualdade como supra mencionado.

Destarte, a CPLP a partir do momento que passa da sua forma de *fórum* a uma Comunidade, consagrada pelo livre-arbítrio dos Estados-Membros que a constituem, passa a ter oficialmente peso na política externa de cada um deles, sendo que os próprios interesses nacionais naturalmente vão variando, não só de acordo com as necessidades como dos seus interesses.

Segundo Pinto (2005, p. 354), a CPLP, ainda que numa fase inicial não tenha tido a importância e a visibilidade que se pretendia, por estar ainda no seu processo de instalação, haveria, nos próximos mandatos, a aspiração de que isso mudasse. Esta pouca visibilidade inicial foi comum a todos os países da CPLP, uma vez que “o primeiro mandato destinou-se à criação de condições para que se pudesse dar continuidade aos mandatos seguintes”.

A mesma fonte defende que “por ter sido um mandato virado para dentro, não teve a possibilidade, embora tivesse feito algum trabalho, de ter a visibilidade que pretendia, mas criou as condições para que isso pudesse acontecer no segundo mandato”.

Importa saber, a partir daqui, se:

¹ Galito, M.S. (2019). *Ensaio sobre política externa portuguesa*. Lisboa: Research Gate.

1) A Comunidade evoluiu e tem efetivamente conseguido responder às suas prioridades inaugurais dos seus fundadores;

2) De que forma é que os Estados-Membros, atualmente, continuam a reconhecer a CPLP como um campo privilegiado da sua política externa.

O objetivo final passa por compreender qual é, efetivamente, a importância da CPLP na política externa dos seus Estados-Membros.

A CPLP, no seu artigo 1º é definida como um fórum multilateral para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros e, com base nessa definição, elencou os objetivos que pretendia atingir.

Nesse sentido, é expectável que a CPLP, segundo o seu artigo 3º, atinja três objetivos, nomeadamente: concertação político-diplomática; cooperação com base cultural e o desenvolvimento económico dos seus Estados-Membros. No entanto, não se pode esquecer que a CPLP é uma Comunidade também assente na língua e, como tal, tem de apostar na materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa. Porém, convirá ter presente que os objetivos não foram objeto da mesma hierarquização por parte dos seus membros. Portugal, por exemplo, viu na CPLP, prioritariamente, a oportunidade de desenvolver uma melhor concertação político-diplomática, enquanto outros membros como Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, olharam para esta cooperação com ambições de foro económico. Além disso, o Brasil e Angola consideraram prioritário a cooperação técnico-cultural².

Esta desigualdade na hierarquização dos objetivos espelha a disparidade entre as realidades dos Estados-Membros.

Facto esse corroborado, novamente, por Pinto ao dizer que (2005, p. 355) “nem todos os Estados membros atribuem a mesma hierarquia de prioridades a estes objetivos, [...] parece significativo que Portugal valorize prioritariamente a concertação político-diplomática, situação em que não é acompanhado por nenhum dos outros países-membros”.

De forma a encontrar resposta para as perguntas formuladas esta dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma: introdução; um capítulo inicial destinado à contextualização teórica, definindo os conceitos de Comunidade e fórum; o capítulo II para historiar a génese da CPLP; o capítulo III destinado a compreender a forma como a CPLP está presente na política externa dos seus membros e de que forma a influência; finalmente, a conclusão, destinada a analisar o enquadramento atual dos membros, determinando a importância da CPLP na política externa dos seus Estados-Membros.

² Pinto, J. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Dissertação de doutoramento. Covilhã: IDI – MNE. pp. 355.

No que concerne à metodologia privilegiou-se a qualitativa com a análise do acervo bibliográfico publicado sobre o tema, a consulta dos sítios oficiais da CPLP e dos respetivos Estados-Membros, informação recolhida junto dos meios de comunicação social e entrevista realizada presencialmente.

Relativamente às citações e às referências bibliográficas a tese optou pela norma APA de acordo com as normas para a elaboração e apresentação de teses, dissertações e outros trabalhos académicos, em vigor na Universidade Lusófona.

CAPÍTULO I

Contextualização Teórica: Descodificação de Conceitos

Como a CPLP é apresentada como uma Comunidade, mas definida como um fórum importa clarificar esses dois conceitos, que estão longe de sinónimos, e que entram em conflito conceptual. Daqui decorre a necessidade de analisar e comparar a opinião de vários teóricos e especialistas na temática, de forma a obter uma análise fundamentada destes conceitos que caracterizam a CPLP.

1.1. Definindo Comunidade

O conceito de comunidade toma um lugar de grande importância desde a concepção da sociologia, sendo que permanece em debate até hoje, na medida em que o mesmo tem uma significação que não é uníssona ou homogénea. Tal como Max Weber (1987, p. 79) afirmou, “o conceito de comunidade é [...] vago e conseqüentemente inclui um grupo muito heterogéneo de fenómenos”. É um conceito que se mostra como controverso congregando diversas abordagens, porém, carrega sempre uma conotação “positiva”. Uma das formas de conceptualização da comunidade é colocá-la em oposição à sociedade, relevando as suas semelhanças e diferenças, sendo que comunidade e sociedade representam organizações de diferentes dimensões. Por conseguinte, os integrantes de uma comunidade, ainda que não tenham um território definido e limitado como na sociedade, unem-se através da persecução de interesses e objetivos em comum.

O teórico que se mostrou como pioneiro na procura da definição de comunidade foi Ferdinand Tönnies com a sua obra *Gemeinschaft und Gessellschaft* (1887) considerada um divisor de águas na sociologia. Para o teórico alemão a comunidade tinha um carácter mais tradicional, definida por altos graus de intimidade e comprometimento moral, pois representava o passado, a aldeia e a família. Existia um controle instituído pela união, pelos hábitos, a tradição, religião, enquanto por outro lado, a sociedade era um resultado da modernidade, sem carga afetiva, ditada por normas instituídas através da lei e da opinião pública, que se traduzia numa essência mais fria e egoísta.

Posto isto, enquanto a comunidade representava o estado ideal de organização de grupos sociais e humanos, a sociedade tomou um cariz representativo ligado à corrupção e à individualização, ou, numa outra perspetiva, “a própria comunidade deve ser compreendida como um organismo vivo e a sociedade como um agregado mecânico e um artefacto” (Cruz, 1989, p. 513).

A teoria de Tönnies foi refutada, em certa parte, por Durkheim, que defendeu que a sociedade, tal como a comunidade, tinha um carácter natural e que as características destas formas de associação não se encontram de forma exclusiva em nenhuma delas.

Durkheim refere que, a ligação existente entre os indivíduos e a sociedade é determinada pela solidariedade, uma vez que no íntimo de uma comunidade a solidariedade mostra-se como indispensável, de forma a nos sentirmos membros do todo. Segundo o autor “existe uma solidariedade social proveniente do fato de que certo número de estados de consciência são comuns a todos os membros da mesma sociedade” (Durkheim, 1995, p. 83). Destarte, definiu duas formas de organização social, a solidariedade mecânica e orgânica.

Numa primeira instância, a solidariedade mecânica, pré-capitalista, caracteriza-se pelo baixo grau de individualização, onde predomina a coesão social e a consciência coletiva de que a aldeia é o melhor exemplo, segundo o autor, “liga diretamente o indivíduo à sociedade, sem nenhum intermediário” (Durkheim, 1999, p. 106). O seu desígnio é justificado não por ter uma conotação “artificial” ou mecânica no sentido literal da palavra, mas sim pela “analogia com a coesão que une entre si os elementos do corpo bruto, em oposição à que faz unidade dos corpos vivos” (Durkheim, 1999, p. 107). Uma solidariedade que, “[...] poderia ser observada nas sociedades primitivas, onde os indivíduos se identificavam uns com os outros através da família, da religião, dos valores, dos hábitos e das tradições.” (Pinto, 2020, p. 174).

Posteriormente, de forma a acompanhar a evolução histórica, com o aumento da complexidade da vida social, abre-se espaço a uma outra em que o indivíduo “depende da sociedade porque depende das partes que a compõem” (Pinto, 2020, p. 174), a solidariedade orgânica, que caracteriza a sociedade capitalista, definida pela especialização e divisão do trabalho, que conseqüentemente enfraquece a consciência coletiva e estimula o alargamento da consciência e liberdade individual, de onde decorre uma maior diversidade de pensamentos, o que por sua vez diminui a homogeneidade entre os indivíduos. Ou seja, “a tônica, tal como a responsabilização, passava a ser colocada no indivíduo” (Pinto, 2020), passando o mesmo a ter uma personalidade própria, com responsabilidade das suas próprias ações, dotadas de livre-arbítrio.

Por sua vez, a ação individual aumentava simultaneamente ao crescimento das “ações das partes, fazendo aumentar as ações do conjunto como um todo orgânico” (Durkheim, 1999, p. 108), daí a sua designação. Daqui conclui-se que há uma influência mútua que estimula o desenvolvimento, entre a individualidade do todo e das partes, não descurando o coletivo, ou seja, “a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios.” (Durkheim, 1999, p. 108).

Portanto, a divisão que o autor faz entre os dois conceitos que criou exige que a sociedade seja vista de duas perspetivas diferentes, numa primeira em que se prioriza o coletivo, onde as crenças e objetivos são comuns a todo o grupo, e numa segunda

onde é privilegiada a individualidade, contrariamente ao conceito inicial, a diferença é valorizada e não deve ser abafada pelo coletivo. A aplicação de uma solidariedade tem intrínseco o esbatimento da outra.

Tönnies vê esta evolução como algo negativo, na conceção do autor é a troca do ideal, da comunidade de afetos e tradicional, por uma sociedade anarquizada. Não obstante, para Durkheim esta passagem mostra-se como natural, própria da evolução e da divisão do trabalho, traduzindo-se numa condição positiva que mostra que a sociedade está preparada para a mudança e consequentemente aberta ao progresso³.

Nenhuma forma de solidariedade se mostra como perfeita, tal como a própria comunidade, haverá sempre marcas da solidariedade mecânica na orgânica, estando de certa forma intimamente ligadas, a complexidade da vida vai apenas colocar em destaque a solidariedade orgânica, estando esta num ponto mais evoluído, porém não significa que em certos momentos não se sinta a presença da mecânica, sendo que a prevalência de uma significa o esbatimento da outra, como mencionado, mas não a sua absorção.

De igual modo, para Max Weber, os conceitos de comunidade e sociedade não se anulam mutuamente, pois embora a sociedade fosse “uma relação social [...] em que a atitude na ação social se inspira numa compensação de interesses por motivos racionais (de fins ou de valores) ou também numa união de interesses com igual motivação” (Weber, 1983, p. 97), seria sempre possível que de uma relação social, ainda que criada estritamente para a persecução de determinados objetivos, houvesse uma simultânea abertura para valores que não se relacionassem com o objetivo pretendido em última instância, e pudesse dessa forma fomentar afetos. Posto isto, tanto para Durkheim como para Weber, as relações sociais caracterizam-se tanto pelo carácter de comunidade como de sociedade, não tendo de existir uma oposição frontal.

Weber foi o primeiro teórico a fazer referência à questão da comunidade de linguagem, considerando que “a orientação pelas normas da linguagem comum constitui, de modo primário, só um meio para um entendimento mútuo, mas não um «conteúdo de sentido» das relações sociais” (Weber, 1983, p. 100). É assim possível, que na CPLP, ainda que os Estados-Membros sejam bastante diferentes entre si, com o fator idioma que partilham, abre-se espaço ao desenvolvimento do sentimento de comunidade.

Esta fundamentação vem comprovar que a ideia de comunidade assente na industrialização e na modernidade começou a afastar-se do conceito de comunidade de Tönnies, não apenas por se fundar em novos elementos, mas pelo argumento ter sido

³ Pinto, J. (2020). *Academia Internacional da Cultura Portuguesa*. (nº47). p. 175.

mais bem desenvolvido, de uma forma mais explícita, mais bem correlacionada e racionalizada.

Nesta fase, este conceito de comunidade continuava a ser determinado por fatores como a coesão social, o território, as relações de conflito, a solidariedade mútua e a cooperação na persecução de objetivos em comum, porém deixou de ser assente exclusivamente na relação familiar do conceito inicial tönnesiano, mostrando-se mais ambicioso. Desta forma, a nova versão deste conceito parece aproximar-se mais da ideia de comunidade implícita à criação da CPLP, e de outras comunidades de cariz económico e político, um “conceito que pressupõe conteúdos económicos, políticos, culturais, etc., que geram complementaridades e, conseqüentemente, formas de solidariedade de vária ordem” (Torres & Ferreira, 2001, p. 25). Conseqüentemente, existiu uma abertura do conceito, tornando-o mais abrangente e institucionalizado, não o diminuindo à conceção de pequena comunidade de Tönnies.

Facto é, que as características descritas pelos primeiros teóricos de conceito, dificilmente se aplicariam a uma comunidade como a CPLP, que para além de se dispersar por quatro continentes, engloba países bastante heterogêneos, onde muitas vezes o único elo é o fator linguístico.

A Aldeia Global em que atualmente estamos inseridos distancia-se dos conceitos teóricos iniciais de comunidade, pois a globalização trouxe uma aproximação muito difícil de contornar, daqui decorre que na época atual existe uma crescente complexidade de relações que se vão tornando interdependentes numa era globalizada. Por sua vez, estas novas relações caracterizam-se muitas vezes pela difícil compatibilidade, tornando-se importante “verificar se o surgimento da CPLP representa uma continuidade ou uma rutura” (Pinto, 2005, p. 288), ou seja, se o bloco regional realmente pode ser considerado uma comunidade.

A origem do termo advém do étimo latino *communitas*, que dispõe de vários significados, de acordo com diferentes contextos. Dos vários significados ressalta “a qualidade daquilo que pertence a muitos ou a todos [...] que têm em comum uma nacionalidade, uma língua e um passado histórico e cultural”⁴, posto isto, é possível concluir que a CPLP é considerada efetivamente uma comunidade, que transporta o seu sentido afetivo ao longo de décadas aliado ao contínuo desejo de desenvolver a amizade e a cooperação entre povos unidos pela mesma língua e por um passado em comum.

Por outro lado, a CPLP é também conhecida como comunidade lusófona, algo que, no entanto, ainda não corresponde à realidade, desde logo porque também o termo Lusofonia é marcado por uma acentuada ambiguidade, tanto no que concerne ao seu

⁴ Cf. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo. pp. 898, 1789 e 1802.

criador como ao seu conceito. Assim, por exemplo, Venâncio (1996) define um grau zero para a Lusofonia. Esse ponto de partida foi a influência de José Lins do Rego, pois a sua obra representou “o primeiro passo para o reconhecimento das afinidades que existem entre aqueles que têm a língua portuguesa como língua de comunicação e cultura, pois até então não havia um traço formal e característico daquilo que hoje se considera como lusofonia”⁵. Além disso, se há autores como Adriano Moreira e José Pinto que têm uma visão positiva relativamente às potencialidades Lusofonia, também há quem, como Alfredo Margarido, veja a Lusofonia por um prisma negativo, uma espécie de neocolonialismo, um mito destinado a garantir um futuro aos portugueses inquietos, enquanto Fernando dos Santos Neves assume uma posição passível de ser considerada negativa, uma vez que se refere à CPLP como um nado-morto, mas que, afinal, representa uma perspetiva de futuro, pois faz essa afirmação na esperança que a CPLP ultrapasse a fase de limbo e se afirme internacionalmente.

A comunidade lusófona só existirá realmente quando houver um espaço lusófono, sendo que não é certo que o mesmo exista, na medida em que se este efetivamente existisse haveria a liberdade de circulação e fixação dentro do próprio espaço lusófono, o que não se verifica. Os lusófonos continuam a precisar dos vistos para poderem entrar em alguns países lusófonos, sendo que a atribuição dos vistos é diferente entre a liberdade de circulação e a liberdade de fixação, pois a liberdade de circulação é apenas para um determinado período de tempo enquanto a liberdade de fixação acaba por assumir um caráter definitivo e é um processo mais complexo devido às integrações regionais, uma vez que Portugal pertence à UE enquanto que o Brasil pertence à MERCOSUL e os PALOP integram várias organizações regionais. A condição lusófona ainda não permite a existência efetiva dessa liberdade, e quando permite, normalmente, é derivado a relações bilaterais e não no todo do espaço lusófono.

Logo, a comunidade lusófona ainda não é uma realidade, mas sim uma intenção.

1.2. Fórum

Fórum, do latim *forum*, era o termo associado à praça pública, na Roma antiga, que congregava os principais pontos de comércio e de poder administrativo e judicial, como os tribunais judiciais. Esta era considerada a zona de maior importância de cada localidade - o centro social, económico, religioso e político⁶.

⁵ Venâncio, 1996, pp. 59-60.

⁶ Pinto, J. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Dissertação de doutoramento. Covilhã: IDI – MNE. p. 288.

No entendimento da língua portuguesa o termo latino apesar de conservar o seu sentido primário, é utilizado também enquanto local destinado à discussão pública e para debates entre especialistas de determinadas matérias, seminários ou congressos.

Portanto, a sua definição mostra-se bastante direta, sendo indiscutivelmente um conceito que se determina por “1) Praça pública na Roma antiga – Foro; 2) local destinado à discussão pública; 3) reunião ou espaço virtual de discussão de temáticas”⁷.

No que se refere ao seu significado, este vai variando de acordo com o contexto, sendo que, o que melhor se adapta à CPLP seja o de reunião, onde se discute um determinado tema, visando a consecução dos objetivos da Organização.

Analisando a semântica apresentada, atualmente, ainda que a CPLP reúna todas as condições necessárias para ser uma comunidade no sentido prático, e não apenas teórico, sendo essa a essência da origem da mesma, por ausência de uma estratégia sólida a atividade da CPLP tem-se aproximado mais de um fórum de boas intenções⁸.

Desta forma, faz sentido que a CPLP seja, como supramencionado, apresentada como uma Comunidade, mas definida como um foro.

⁷ "fórum", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021.

⁸ Pinto, J. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Dissertação de doutoramento. Covilhã: IDI – MNE. p. 526.

CAPÍTULO II

A Génese da CPLP: Origem, Prioridades, Estrutura Organizacional e Funcionamento

2.1. A Origem da CPLP: da Teoria à Consagração da Comunidade

Com o fim da era imperial começou a fazer cada vez mais sentido a existência de algo que materializasse a união dos países que partilhavam algo herdado da história: a língua portuguesa enquanto língua oficial. Um elemento a que se adicionou a ambição coletiva de procurar construir modelos democráticos nos respetivos países.

Este desejo foi-se desenvolvendo ao longo de mais de uma década, não sendo um processo pioneiro nesta matéria, pois já existiam a Commonwealth e a Francofonia, não deixa de ser complexo, na medida em que, mesmo que os países hoje membros da CPLP se sintam unidos a um nível linguístico e histórico, outros fatores afastam-nos e tornam-nos tão dispares, assim como a necessidade temporal que os países colonizados necessitaram para sarar as feridas do passado, da relação colonizador-colonizado (Gaivão, 2010).

Nessa fase pré-existente à CPLP, ainda durante o período colonial, assistiu-se a uma forte influência de um mundo bipolar que se vivia, entre o bloco ocidental democrático, dominado pelos Estados Unidos da América e o bloco socialista, dirigido pela antiga URSS. Desta emulação resultou uma forte influência política contra Portugal no sentido da libertação das colónias, assente inclusive em apoio militar por parte do Bloco de Leste na fase do conflito armado pela independência das mesmas⁹, algo que, depois do 25 de Abril de 1974, veio a retardar ainda mais a abertura a um projeto de Lusofonia. Como é referido por Pinto “o marxismo político nas colónias portuguesas de África serviu de instrumento da independência e, no período pós-independência, impôs uma exclusividade política e cultural que condicionou, ou melhor, impediu, o projecto da Lusofonia, visto pelos nacionalistas africanos e pelos seus aliados marxistas como uma estratégia neocolonialista” (Pinto, 2005, p. 342).

Após o colonialismo português, sucede-se o neocolonialismo, inspirado na URSS, facto este evidente no início das independências dos PALOP que optaram por governos de partido único marxista, sustentados pela URSS e sem a pretensão de um espaço comum lusófono¹⁰.

Com a queda do muro de Berlim a União Soviética e o seu bloco colapsou, o que resultou na decadência do comunismo na Europa Oriental e Central. Nesta fase os novos países deixaram de ser sustentados a nível político, ideológico e económico pelo

⁹ Gaivão, 2010.

¹⁰ Ibidem.

bloco soviético, o que permitiu a abertura a outras conceções económicas e políticas, à democracia e ao ocidente, citando Gaivão (2010), “com a alteração política mencionada, houve, finalmente, espaço para a abertura à Lusofonia”.

Desta forma, em 1983, a CPLP encontrava-se ainda no campo do imaginário, porém já era perceptível a aspiração de uma Comunidade, facto este corroborado com uma citação, de Jaime Gama¹¹, então Ministro dos Negócios Estrangeiros,

*“O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas frequentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a **constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar**”.*

Posteriormente, em 1989 realiza-se, em São Luís do Maranhão, o primeiro encontro de Chefes de Estado e Chefes de Governo dos Países de Língua Portuguesa. Nessa reunião, a convite do Presidente José Sarney, ficou decidida a fundação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, com o objetivo da promoção e difusão da língua portuguesa¹². Nasceu também a ideia da criação de uma comunidade que unisse estes países de língua comum.

Nesta fase é de destacar a influência necessária e incansável de José Aparecido de Oliveira, Embaixador do Brasil em Lisboa, que em 1993 propôs ao Presidente do Brasil, Itamar Franco, a criação da CPLP, tendo visitado os PALOP¹³ de forma a obter uma concertação de vontades e apoio ao projeto¹⁴.

Em fevereiro de 1994, realiza-se em Brasília uma reunião que contou com os Ministros de Relações Exteriores/ Negócios Estrangeiros, onde foi sugerida uma cimeira que reunisse os Chefes de Estado e de Governo com o propósito da adoção do ato constitutivo da CPLP. De referir que “Ainda nessa reunião foi criado um grupo de Trabalho de Concertação Permanente, que se reuniu 17 vezes para preparar os documentos que deveriam ser presentes aos Chanceleres e aos Chefes de Estado e de Governo e para tratar de aspectos relativos à organização das Cimeiras dos Chanceleres e dos Presidentes” (Pinto, 2005, p. 350).

Em maio do mesmo ano, os Vice-Chanceleres reuniram-se e deram aprovação a dois documentos, nomeadamente, a Declaração, e os Estatutos Provisórios da CPLP. A

¹¹ Retirado de: cplp.org.

¹² Ibidem.

¹³ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

¹⁴ Gaivão, 2010.

Declaração Constitutiva representa o documento fundador da CPLP que a 17 de julho de 1996, aquando da sua assinatura, formalizou oficialmente a Comunidade¹⁵.

Em junho de 1995, em Lisboa, o Grupo de Concertação Permanente passou a denominar-se Comité de Concertação, decidido na reunião de Ministros de Relações Exteriores/ Negócios Estrangeiros. Ficou também acordado, para o 1º semestre de 1996 a marcação da Constituição da CPLP¹⁶.

Em seguida, em abril de 1996, realizou-se a cimeira de Ministros de Relações Exteriores/ Negócios Estrangeiros, em Maputo.

Finalmente, em 17 de julho de 1996, na cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lisboa, consagrou-se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Inicialmente os países constitutivos da CPLP eram sete: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Apenas em 2002, com a independência de Timor-Leste, que se encontrava sob domínio da Indonésia, foi possível o mesmo integrar a Comunidade, tornando-se o 8º membro, e por fim, em 2014, a Guiné Equatorial torna-se o 9º e mais recente membro da CPLP.

Esta aproximação de Portugal com o Brasil, e os PALOP, mostrou-se enquanto um processo inato, no qual os países se mostraram recetivos à cooperação, assente em fatores culturais, de fraternidade e de valores. A criação da Comunidade acaba por consolidar essa amizade mútua entre os países no exercício da concertação político-diplomática.

Segundo o artigo 1º dos Estatutos, “a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”.

Em última instância, ainda que a procedência da ligação destes países seja cultural, esperava-se também que pontos como a política e a economia se pudessem desenvolver simultaneamente, na expectativa de um potencial desenvolvimento de países-membros mais atrasados nestes setores.

Desta forma, o Brasil e os PALOP, acabariam por beneficiar indubitavelmente nesta cooperação, na medida em que o quadro internacional é dominado por grandes atores e a unificação destes nove países compreendia-se num maior poder de influência.

Ainda que estes países se distanciem geograficamente, unem-se pela língua que partilham e pelos objetivos comuns, que se podem verificar no artigo 3º dos Estatutos¹⁷:

“Artigo 3º (Objectivos)

¹⁵ Retirado de: cplp.org.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Estatutos CPLP, Lisboa, 2007.

São objectivos gerais da CPLP:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa”.

Como refere Gaivão (2010), “a CPLP nasceu da vontade soberana dos países que a fundaram”, fruto da ambição de uma nova forma de cooperação, assente na expectativa de que a mesma “deverá abarcar todas as áreas, de forma a possibilitar um relacionamento interculturalista dos diferentes povos” (Pinto, 2005, p.31).

2.2. Prioridades Embrionárias dos Estados-Membros

Numa fase inicial, os Estados-Membros puderam manifestar-se e partilhar quais eram as suas prioridades no que toca aos objetivos que compartilhavam, tendo em consideração as suas diferenças sociais, económicas, culturais, geográficas e políticas. Segundo o artigo 3º dos Estatutos supramencionado, é possível contemplar os objetivos gerais da CPLP, lembrando que devido à disparidade dos países integrantes, a hierarquia que cada um deles atribuiu às suas prioridades seriam naturalmente diferentes entre si. Posto isto, vemos que Angola e Brasil tinham em comum a sua primeira prioridade, a cooperação técnico-cultural, enquanto os restantes, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tome e Príncipe priorizaram o estímulo ao desenvolvimento económico. Por fim, Portugal acabou por relevar a concertação político-diplomática, mostrando-se uma situação isolada dos demais países (Pinto, 2005, p.355).

As discrepâncias entre os países retratavam a fragilidade da CPLP, as mesmas foram consequentemente projetadas nas reuniões preparatórias da Comunidade, onde era possível verificar que o que realmente ligava estes países era a língua portuguesa que partilhavam. Várias opiniões como a de Carlos Vianna¹⁸ e Adriano Malalane¹⁹ concordavam que este projeto ainda era demasiado frágil para ser considerado uma comunidade. Daqui decorre a urgência de esbater essas diferenças, não a nível de prioridades e das claras desigualdades regionais, mas sim dos mútuos preconceitos do passado da colonização, tal como Pinto (2005, p.31) refere, “deve perder a carga paternalista que evidencia resquícios da relação colonial”.

¹⁸ Presidente da Casa do Brasil de Lisboa.

¹⁹ Presidente da Casa de Moçambique.

Estas dificuldades foram também marcadas pelo quadro internacional que se vivia na época, estávamos no final do século XX, onde ocorreram cruciais alterações políticas e económicas para a comunidade internacional, particularmente o fim do bloco soviético, o surgimento das potências emergentes, Brasil inclusive, a escalada do liberalismo ocidental e a impetuosa influência dos EUA – após esta fase foi possível aos países integrantes da CPLP redefinirem-se e aperfeiçoarem-se política e economicamente de forma a que existisse uma estabilidade favorável ao prosseguimento da Comunidade²⁰.

2.3. Órgãos e Funcionamento

Em prol de atingir os objetivos a que a Comunidade se propôs, a mesma dispunha inicialmente dos seguintes órgãos, que na altura se mostraram pertinentes: Conferência de Chefes de Estado e de Governo, Conselho de Ministros, Comité de Concertação Permanente e Secretariado Executivo.

A nível hierárquico a Conferência de Chefes de Estado e de Governo é o órgão máximo, definido pelo artigo 10º dos Estatutos e tem como competências:

“a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP; b) Adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros; c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP; d) Eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos; e) Eleger o Secretário Executivo da CPLP”²¹.

A Conferência reúne-se, de forma ordinária, de dois em dois anos ou extraordinariamente quando requerido por dois terços dos Estados-Membros, sendo as decisões tomadas de forma consensual e vinculativas a todos eles. Nas Conferências realizadas ficaram definidas importantes realizações, de salientar, a Declaração Constitutiva (1996, Lisboa), a resolução sobre o IILP (2000, Maputo), o texto sobre o Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, entre outros.

O Conselho de Ministros, por sua vez, é constituído pelos Ministros de Relações Exteriores/Negócios Estrangeiros de todos os Estados-Membros, reúne ordinariamente uma vez ao ano e extraordinariamente, quando requerido por dois terços dos Estados-Membros e responde pela Conferência. Segundo o artigo 12º dos Estatutos cabe a este Conselho:

“a) Coordenar as actividades da CPLP; b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP; c) Definir, adoptar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP; d) Aprovar o orçamento da CPLP e do IILP; e) Formular

²⁰ Gaivão, 2010.

²¹ Estatutos CPLP, Lisboa, 2007.

recomendações à Conferência em assuntos da política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP; f) Recomendar à Conferência o candidato para o cargo de Secretário Executivo; g) Eleger o Director Executivo do IILP; h) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objectivos e programas da CPLP; i) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência”²².

O Comité de Concertação Permanente é referente ao artigo 14º dos Estatutos e segundo este é constituído por um representante de cada um dos Estados-Membros e tem como competências: “acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP”; e ainda “acompanhar as acções levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral da CPLP”.

O Comité reúne uma vez por mês ordinariamente, ou extraordinariamente sempre que se mostre essencial, o mesmo é dirigido pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros.

Por último, no que concerne ao Secretariado Executivo, este é definido pelo artigo 17º dos Estatutos e constitui o principal órgão executivo da CPLP, tendo como competências:

“a) Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente; b) Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP; c) Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP; d) Acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP”²³. É dirigido pelo Secretário Executivo, mais precisamente segundo o artigo 18º dos Estatutos da CPLP, “uma alta personalidade de um dos Estados membros da CPLP, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros por ordem alfabética crescente”.

Segundo a lógica, no que toca à escolha de personalidades para o lugar de Secretário Executivo, seria de esperar a preferência de Aparecido de Oliveira para assumir o cargo, enquanto um dos maiores entusiastas, como Pinto (2005, p. 347) refere “[...] unanimemente considerado o grande construtor da CPLP”. Sucede que em 1994 tudo apontava para que essa decisão fosse tomada na Reunião de Ministros de Relações Exteriores/Negócios Estrangeiros de Brasília, inclusive o critério de candidatura por ordem alfabética ainda não tinha sido decretado, tendo ficado decidido após essa cimeira, nomeadamente no artigo 14º, ponto 1²⁴.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

²⁴ Questão corroborada na nota de rodapé nº 144 de Pinto, 2005, pp. 351.

Posto isto, face à nova regulamentação instituída, quem acaba por assumir o cargo de Secretário Executivo foi Marcolino Moco, Primeiro-Ministro de Angola na altura, facto este que causou um constrangimento e consequente recuo de todo o impulso que a Comunidade estava a receber do Brasil, o que se traduziu num arranque fraquejado da CPLP. Restam razões desconhecidas para o desaproveitamento de uma personagem como Aparecido de Oliveira, com a sabedoria, o carisma e o entusiasmo necessário para dar à Comunidade um arranque mais bem-sucedido do que o que ficou na História. Enquanto Secretário Executivo, no final de cada mandato há a possibilidade de recandidatura, por mais um mandato de 2 anos. Até à data regista-se o exercício dos seguintes Secretários Executivos:

- 1996-2000²⁵ – Marcolino José Carlos Moco (Angola);
- 2000-2002 – Dulce Pereira (Brasil);
- 2002-2004 – José Augusto de Médicis (Brasil);
- 2004-2008²⁶ – Luís Fonseca (Cabo Verde);
- 2008-2012²⁷ – Domingos Simões Pereira (Guiné-Bissau);
- 2012-2016²⁸ – Murade Murargy (Moçambique);
- 2016-2018 – Maria do Carmo Silveira (São Tomé e Príncipe);
- 2018-2021 – Francisco Ribeiro Telles (Portugal);
- 2021-2023 (atual) – Zacarias da Costa (Timor-Leste).

O Secretário Executivo era, no seu exercício, auxiliado pelo Secretário-Executivo Adjunto, que até à cessação do cargo, foi representado pelas seguintes personalidades:

- 1996-2000 - Joaquim Rafael Branco (São Tomé e Príncipe);
- 2000-2004 – Zeferino Alexandre Martins (Moçambique);
- 2004-2008 – Embaixador José Tadeu Soares (Portugal).

Os quatro órgãos supramencionados e descritos constituíam os principais órgãos iniciais da estrutura e do funcionamento da CPLP.

Desde cedo foi consensual a necessidade da criação de novos órgãos constitutivos, de forma que fosse possível suprimir as necessidades ainda prevalentes dos Estados-Membros. Desta forma, na IV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em

²⁵ Marcolino Moco foi eleito Secretário Executivo com exercício no período de 1996-1998, tendo sido renovado o mandato por mais 2 anos, pela II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, decorrida em julho de 1998, na Praia, Cabo Verde.

²⁶ Luís de Matos Monteiro da Fonseca foi eleito Secretário Executivo com exercício no período de 2004-2006, tendo sido renovado o mandato por mais 2 anos, pela VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, decorrida em julho de 2004, em Bissau.

²⁷ Domingos foi eleito Secretário Executivo com exercício no período 2008-2010, tendo sido renovado o mandato por mais 2 anos, pela VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, decorrida em julho de 2010, em Luanda.

²⁸ Murade Murargy foi eleito Secretário Executivo com exercício no período 2012-2014, tendo sido renovado o mandato por mais 2 dois anos, pela X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, decorrida em julho de 2012, em Díli.

Brasília (2002), no que concerne à revisão dos Estatutos, ficou decidido o estabelecimento das Reuniões Ministeriais Sectoriais²⁹, assim como da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação³⁰, de referir que Portugal se destacou dos demais membros no número de vezes que recebeu as Reuniões.

Decidiu-se ainda no X Conselho de Ministros, que teve lugar em Luanda (2005), a integração do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, igualmente enquanto um dos órgãos da CPLP, que tem como objetivo levar a cabo projetos de promoção, defesa e enriquecimento da língua portuguesa. A mesma, “goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia científica, administrativa e patrimonial”³¹.

Um ano mais tarde, em 2006, criou-se o cargo de Diretor-Geral, na Cimeira de Bissau, que veio substituir a antiga função de Secretário-Executivo Adjunto. Esta substituição pode-se dever ao facto de anteriormente já se terem identificado constrangimentos na relação institucional entre o Secretário Executivo e o Secretário-Executivo Adjunto. Daí o meio de contratação por concurso público e a concordância da submissão às orientações do Secretário Executivo, pois o Diretor-Geral, segundo o artigo 19º dos Estatutos “é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados-Membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período”, sendo “responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente do Secretariado, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projectos levados a cabo pelo Secretariado”³².

O atual Diretor-Geral, desde fevereiro de 2020 é Armindo Brito Fernandes, natural de São Tomé e Príncipe, sendo que anteriormente quem tomou o cargo foram:

2008-2014 - Hélder Vaz Lopes (Guiné Bissau);

2014-2020 - Georgina Benrós de Mello (Cabo Verde).

Em 2007 foi instituída a Assembleia Parlamentar, pelo XII Conselho de Ministros, e atualmente teve a sua última reunião em julho de 2019, em Luanda. A mesma constitui o órgão que cabe reunir as representações de todos os Parlamentos dos Estados-Membros, “constituídos na base dos respetivos resultados eleitorais das eleições legislativas”³³. Destarte, inclui os seguintes Parlamentos:

²⁹ As Reuniões Ministeriais Sectoriais, segundo o artigo 21º dos Estatutos, são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados-Membros e competem-lhes “coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respetivos sectores governamentais”.

³⁰ Compete à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, segundo o artigo 20º dos Estatutos, assessorar os demais órgãos da CPLP em “todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade, devendo o seu coordenador apresentar ao Comité de Concertação Permanente um ponto de situação sobre a execução dos programas apresentados no início de cada semestre”.

³¹ Retirado de: iilp.cplp.org.

³² Estatutos CPLP, Lisboa, 2007.

³³ Retirado de: cplp.org.

Angola: Assembleia Nacional;
Brasil: Congresso Nacional;
Cabo Verde: Assembleia Nacional;
Guiné-Bissau: Assembleia Nacional Popular;
Guiné Equatorial: Assembleia Nacional;
Moçambique: Assembleia da República;
Portugal: Assembleia da República;
São Tomé e Príncipe: Assembleia Nacional;
Timor-Leste: Parlamento Nacional.

Em suma, são estes os órgãos que atualmente constituem os elementos dirigentes e de funcionamento da CPLP, tendo em conta todas as adaptações e ajustes considerados necessários ao longo dos anos até à atualidade, de forma que seja possível acompanhar a evolução dos tempos e das necessidades dos Estados-Membros.

CAPÍTULO III

A CPLP nos Programas dos seus Estados-Membros

3.1. O Papel da CPLP na Política Externa dos Estados-Membros

Como já expressei, a criação da CPLP assentou, como qualquer outra organização internacional, em enormes expectativas, tendo sido estas baseadas primordialmente na difusão e promoção da língua portuguesa. Ambicionava-se a criação de uma plataforma com bases para o diálogo, a cooperação e uma concertação político-diplomática com as ex-colónias, podendo tendencialmente progredir a outras áreas, consoante a necessidade e vontade expressa dos membros.

Ainda que algumas das expectativas iniciais tenham vindo a esmorecer, é de notar que das organizações congêneres à CPLP, como a Commonwealth, que conta com quase um século de existência e a Francofonia, com 50 anos, a CPLP conta com menos de 30 anos da sua criação. Assim, comparativamente é ainda uma organização jovem, que tem agora começado a dar passos importantes visando a sua consolidação, tendo vindo a conseguir, dentro da complexidade que é apresentada, articular-se enquanto uma organização que está presente em quatro continentes, com níveis de desenvolvimento económico bastante diferentes entre si, não tendo a CPLP aquilo que é comum nas organizações regionais.

Porém, as desvantagens que se erguem perante a CPLP, ao mesmo tempo, podem ser compreendidas como vantagens, pois, como o Embaixador Francisco Ribeiro Telles afirma, em entrevista concedida para esta dissertação, “valeu a pena ter construído a CPLP e vale a pena mantermos viva a ideia da CPLP, a CPLP tem futuro”³⁴.

Com o decorrer do tempo, desde a sua criação até à atualidade, foi-se notando, naturalmente, que alguns membros estavam mais empenhados que outros, o que é inerente às organizações internacionais. A CPLP enquanto ferramenta de política externa acaba por ser indispensável para alguns países, e não tanto para outros, na medida em que essa relevância vai derivar dos interesses de cada país no quadro internacional, fazendo isso parte da dimensão de cada membro e em que posição pretende jogar no tabuleiro internacional³⁵.

A CPLP vai-se mantendo e desenvolvendo pela vontade dos Estados-Membros na sua existência e na prossecução dos seus objetivos e, para que isso seja possível, é preciso que haja países dentro da CPLP com esse mesmo desígnio, como Portugal, Brasil e

³⁴ Entrevista realizada a 30 de maio de 2023 ao ex-Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, atual Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, embaixador Francisco Ribeiro Telles, para a Tese de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais.

³⁵ Ibidem.

Angola, não só pela sua história, como também pelo seu posicionamento a nível mundial, o que releva a sua presença na organização³⁶.

Quem está dentro de uma organização internacional como a CPLP sabe, indubitavelmente, qual a sua importância, sendo que cada vez mais países terceiros têm demonstrado interesse na CPLP, tendo sido em 2021 aprovados, na XIII Conferência de Chefes de Estados e de Governo da CPLP, mais 13 países e organizações como Observadores Associados, essa atribuição foi justificada pela CPLP como um “compromisso assumido pelas entidades candidatas com a partilha dos princípios e objetivos da CPLP, bem como o interesse demonstrado no estabelecimento de uma parceria no âmbito da concertação político diplomática, nos diversos domínios de cooperação e na promoção e difusão da língua portuguesa”³⁷.

Outro ponto que destaca a CPLP a nível de política externa é o lobby junto de organizações internacionais, sendo uma organização que opera eficazmente nesse sentido, e, no que diz respeito às candidaturas, como por exemplo, na eleição do Diretor-Geral da FAO, em 2011, com a vitória de José Graziano, que agradeceu o apoio expresso da CPLP³⁸.

A CPLP apresenta-se, portanto, enquanto um bloco coeso, apesar das assimetrias, não apenas para os seus membros, mas também junto de países terceiros, através do lobby político-diplomático.

A partir daqui surge a perceção da existência de duas lacunas na organização: a vertente económica e o sentimento de pertença. A CPLP apresenta três pilares fundamentais já conhecidos, nomeadamente, a promoção e difusão da língua portuguesa, a concertação político-diplomática e a cooperação entre os Estados-Membros, existindo atualmente uma vertente que é cada vez mais importante para a organização e na qual se está agora a dar os seus primeiros passos: a vertente económica, com foco no atual mercado africano, que tem mostrado enorme potencial, e o que este pode vir a representar no futuro para os membros, tendo em conta que a CPLP conta com cerca de 300 milhões de pessoas e apresenta atualmente largas descobertas de recursos energéticos, recursos minerais, terras cultiváveis, assim como cerca de 14% das reservas mundiais de água doce³⁹.

Por outro lado, temos ainda a bastante notória ausência do sentimento de pertença, tornando-se necessário que surjam medidas, tais como o mais recente Acordo sobre a

³⁶ Ibidem.

³⁷ Lusa. (2021). *CPLP. Cimeira aprova 13 países e organizações como observadores associados*. Lisboa.

³⁸ “Graziano da Silva também agradeceu ao Governo do Brasil por ter proposto o seu nome, e aos países que apoiaram a candidatura na América Latina e Caribe, África e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o G-77 que se uniu em torno do seu nome no segundo turno.”, fonte: FAO Brasil.

³⁹ Kadel, A. et al. (2023). *AfricaInvest o fundo para África que aposta nos PALOP*. Forbes África Lusófona, volume (11), p.3.

Mobilidade, que entrou em vigor em 2022, para os Estados-Membros que entregaram os respetivos instrumentos de ratificação, que visa permitir aos cidadãos CPLP que se identifiquem, verdadeiramente, com aquilo que é a essência da CPLP, sendo essa talvez a maior barreira desta lacuna. A mobilidade torna-se uma matéria de extrema importância, na medida em que, é a possibilidade de uma “livre” mobilidade, que possibilita ao cidadão comum CPLP de se sentir como parte da Comunidade, e não ver esta apenas como mais uma matéria de ministros e Estados, mas sim de pessoas. O antigo embaixador do Brasil junto da CPLP, Lauro Moreira, reforçava já em 2017, a necessidade de mecanismos que na prática favorecessem essa mesma mobilidade, ao “criar alguns instrumentos para, não ludibriar, mas sim facilitar um pouco. (...) Temos de ir pouco a pouco, procurando pequenas brechas para minorar também esse problema que é fundamental que seja resolvido, para uma maior liberdade de circulação interna entre os nossos países”⁴⁰.

Ainda que tenham vindo a ser dados pequenos passos, a CPLP mostra-se importante e necessária para os seus Estados-Membros na sua ação externa, na qualidade de processo gradual, sendo esse o decurso natural de um espaço em permanente construção. O simples facto de existir uma ferramenta como a CPLP se apresenta é muito importante, tornando-se relevante assegurar futuramente a continuidade do trabalho feito até aqui, consolidar os domínios em que já conseguiu avançar e criar outros.

Como supramencionado, a CPLP tem vindo a ser observada pela comunidade internacional e suscita interesse em diversos países terceiros, que mesmo não podendo pertencer à organização, por não cumprirem com os requisitos exigidos, querem estar associados e fazer parte da mesma. Em 2005 cria-se, nesse âmbito, as categorias de Observador Associado e Observador Consultivo, para os países e organizações que procuram colaborar com a CPLP e inserir-se no seu trabalho. Podemos contabilizar atualmente mais de 30 países e organizações Observadores, incluindo Estados Unidos, Canadá, países da UE, (mais) alguns países de África – o que estes países mostram, em primeira instância, ter em comum é o interesse pelo potencial da CPLP, que justifica essa vontade de aproximação.

Com o aumento do interesse na CPLP, torna-se importante para a agenda determinar e refletir sobre o que esses países têm, efetivamente, a oferecer à organização, e vice-versa. Essa afluência de Estados e organizações com interesse em trabalhar junto da CPLP, pode-se justificar, segundo o Embaixador Francisco Ribeiro Telles, “pelo facto

⁴⁰ Lusa. *Livre circulação no espaço da CPLP é “quase insolúvel” - diplomata brasileiro*. Diário de Notícias.

de a língua portuguesa estar em franca expansão pelo mundo inteiro [...]”⁴¹, prevendo um crescimento bastante acentuado da língua portuguesa a longo prazo, pelo poder de lobby e pelo fator económico, existindo a possibilidade da CPLP vir a enveredar por uma comunidade de feição crescentemente económica.

De forma a corroborar os factos supramencionados, é possível observar, numa análise realizada às menções referentes à CPLP nos programas oficiais de governo dos Estados-Membros e outros documentos governamentais pertinentes, que teve como finalidade compreender o contínuo interesse, expresso diretamente pelos mesmos, de que forma incluem a organização nas prioridades atuais dos seus governos.

Portugal começa a ver agora na CPLP um alargamento dos seus objetivos, em comparação aos que tinha inicialmente. Numa fase inicial, os interesses primários visavam objetivos culturais e diplomáticos, - a concertação político-diplomática - neste momento Portugal começa também a ver a CPLP enquanto possível interesse económico. Portugal, na qualidade de um dos principais dinamizadores, mostra a importância da organização com oito menções à CPLP no seu Plano Governo Constitucional XXIII, onde faz referência ao Acordo sobre a Mobilidade e programas de cooperação com os países-membros, assim como demonstra o seu interesse no fomento das relações bilaterais, no âmbito da promoção do desenvolvimento económico; e treze menções no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, no qual demonstra o seu comprometimento com a Comunidade e a sua segurança e interesses, sendo referido que “O interesse de Portugal é, ainda, inseparável do fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”⁴².

Também os demais Membros mostram o seu comprometimento, como Cabo Verde por exemplo, que, no seu Programa de Governo e Moção de Confiança 2021/26, refere a CPLP em matéria de cooperação “[...] mutuamente frutíferas e benéficas de várias ordens”⁴³, do desenvolvimento, no plano multilateral e das relações externas, com o Plano Sobre a Mobilidade, e também de segurança cooperativa. De igual modo, também São Tomé e Príncipe e Timor-Leste referem a CPLP nos seus Programas de Governo no âmbito da consolidação da cooperação empresarial, desenvolvimento económico e aprofundamento das relações bilaterais.

A matéria que se apresenta análoga dos interesses expressos dos membros com maior incidência mostra ser a implementação e desenvolvimento da vertente económica: “assegurar a continuação da liderança estratégica no processo de implementação da

⁴¹ Entrevista realizada a 30 de maio de 2023 ao ex-Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, atual Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, embaixador Francisco Ribeiro Telles, para a Tese de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais.

⁴² Apêndice III.

⁴³ Ibidem.

vertente económica, como quarto pilar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”.⁴⁴ Tal como afirmou o ex-Presidente da CE-CPLP, Salimo Abdula, “[...] não era dada grande importância à vertente económica nas relações entre os Estados, mas penso que isso agora já é assumido por todos como um dos aspetos fundamentais do relacionamento entre os países lusófonos”⁴⁵.

No mesmo registo, Angola mencionou também no seu Programa de Governo 2022/27 a importância de “assegurar a continuação da liderança estratégica no processo de implementação da vertente económica, como quarto pilar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [...]”⁴⁶. O diplomata angolano, Teté António, realçou ainda recentemente, no discurso da sessão de abertura da XXVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, que Angola tem realizado esforços no âmbito do desenvolvimento económico e do estreitamento de relações com os seus análogos, com a realização de “[...] reuniões das Comissões Mistas de Cooperação com vários países, ‘incluindo da nossa comunidade como Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Brasil’”⁴⁷.

Relativamente ao Brasil, importa lembrar que na VIII Conferência dos Chefes de Estado e Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Luanda, em 2010, foi aprovada uma Declaração de Apreço ao presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo o seu “valioso contributo para o desenvolvimento da Comunidade e para a persecução dos objetivos da organização, bem como a sua liderança no processo de promoção e difusão da Língua Portuguesa no sistema mundial”⁴⁸. Porém, não obstante, ainda que o Brasil não tenha nenhuma menção à CPLP no seu Plano de Governo 2023/26, é importante relembrar que o mesmo foi delineado ainda sob a presidência de Jair Bolsonaro, sendo que o mesmo nunca chegou a participar em nenhuma das cimeiras da CPLP durante o seu mandato. Com a atual presidência de Lula da Silva, já foi possível observar um maior interesse do Brasil relativamente à CPLP, com o intuito de reinserir o Brasil no sistema internacional, assim como reafirmar a sua presença no continente africano, de forma a revalorizar “parcerias com países do sul global como um todo”⁴⁹. Ainda que não tenha mencionado a Comunidade na sua tomada de posse, espera-se que haja agora uma “[...]”

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Lusa. (2019). *Portugal acolhe segunda conferência económica da CPLP no final do ano*. Diário de Notícias (on line).

⁴⁶ Apêndice III.

⁴⁷ Simão, Y. (2022). *Angola defende incremento de parcerias económicas na CPLP*. Jornal de Angola (on line).

⁴⁸ Declaração de Apreço ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva. Consultado em: cplp.org.

⁴⁹ Adamor, J. (2023). *Presença de Lula na cúpula da CPLP reaproxima Brasil dos países africanos de língua portuguesa e do Atlântico Sul*. Brasil de Fato (on line).

participação efetiva do Brasil [...]”⁵⁰. Facto este mencionado pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Francisco André, onde o mesmo afirma que “depois de um interregno em que isso não se tinha verificado, vamos ter o Presidente Lula da Silva a participar nesta cimeira, o que é bem um sinal da importância da CPLP hoje à escala global”⁵¹. Na 14ª cimeira realizada, o atual Presidente do Brasil além de ter estado presente, deixou uma proposta em cima da mesa, ao apelar a “[...] entrar com informações e um pedido nas Nações Unidas para que a língua portuguesa seja transformada em língua oficial das Nações Unidas”⁵². Proposta essa que se apresenta similar à aquela que foi feita, em outubro de 2009, na 35ª Sessão da Conferência Geral da Organização da UNESCO, solicitada pelo Brasil e os demais Membros da CPLP, para que “o português passasse a ser língua de trabalho” (Gaivão, 2010).

De referir ainda que um dos pontos que vai destacar esta organização a nível de afirmação internacional é o fator único linguístico que a mesma dispõe, pelo facto de a língua portuguesa ser língua oficial em nove países que estão distribuídos por quatro continentes sem fronteiras terrestres, “elemento único no mundo, que não acontece ao inglês, castelhano, francês, alemão, chinês ou ao árabe e que realça o carácter único de língua global do português” (Gaivão, 2010). Assim como Aparecido de Oliveira (1999, p.47) mencionou de forma visionária, ainda nos primeiros anos da organização, “quem tem 200 milhões de homens falando uma língua, e em todos os continentes, tem por certo uma afirmação de força e de poder na cena internacional”.

Importa também notar que o português é língua oficial não apenas nos países CPLP, mas também em várias organizações intergovernamentais e transnacionais. Verifica-se uma abrangência espacial que engloba organizações da Europa, África Austral, África Ocidental, África Central, América do Norte, Central e América do Sul, designadamente nas seguintes organizações: Organização dos Estados Ibero-Americanos/ OEI, União Latina/ UL, Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul/ ZPCAS, Comunidade dos Estados do Sahel-Saara/ CEN-SAD, Mercado Comum da África Oriental e Austral/ COMESA, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa/ PALOP, União Africana/ UA, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral/ SADC, Comunidade Económica dos Estados da África Central/ CEEAC, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental/ CEDEAO, Associação Latino-Americana de Integração/ ALADI, Banco Interamericano de Desenvolvimento/ BID, Comunidade de Estados Latino-Americanos

⁵⁰ Lourenço, E. (2023). *Cimeira da CPLP: Angola passa a pasta a São Tomé, com Marcelo e Costa sob observação*. Expresso (on line).

⁵¹ Ibidem.

⁵² Lusa. (2023). *CPLP: Lula quer que comunidade proponha português como língua oficial da ONU*. Observador (on line).

e Caribenhos/ CELAC, Grupo do Rio, Organização dos Estados Americanos/ OEA, Mercado Comum do Sul/ MERCOSUL, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica/ OTCA, União de Nações Sul-Americanas/ UNASUL, União Europeia/ UE e Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura/ UNESCO. No que refere a organizações transnacionais, de carácter desportivo, são atualmente sete as que têm o português como língua oficial: a FIFA, a Federação Pan-Americana de Andebol/ PATHF, a Confederação Sul-Americana de Atletismo/ CONSUDATLE, a Confederação Sul-Americana de Futebol/ CONMEBOL, a Confederação Sul-Americana de Natação/ CONSANAT, a Confederação Sul-Americana de Rugby/ CONSUR e a Confederação Sul-Americana de Voleibol/ CSV.

Portanto, o fator linguístico apresenta-se enquanto fator de projeção internacional e de afirmação, pois, tal como refere Gaivão (2010), “a afirmação internacional da CPLP caminha a par da afirmação global da língua portuguesa e das culturas lusófonas”. Pode ainda ler-se, aquando da VIIª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP⁵³, na Declaração de Língua Portuguesa que:

“a dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa face aos desafios crescentes colocados pela globalização [...] e a crescente afirmação da Língua Portuguesa no diálogo internacional, ditada pela sua pertença a múltiplas matrizes geopolíticas, os signatários assumem [...] o papel das línguas na criação de mercados e oportunidades de negócio, e na integração económica e social. A assunção de políticas partilhadas, marcadas pela integração, inclusão e estruturação, com o objectivo da projecção da Língua Portuguesa como Língua Global; [...] a sua actuação conjunta no processo de efectiva mundialização da Língua Portuguesa, nomeadamente, através: do apoio à introdução da Língua Portuguesa em Organizações Internacionais, regionais ou agências especializadas, bem como à sua utilização efectiva em todas aquelas Organizações onde o Português já constitui língua oficial ou de trabalho.”

Na mais recente 14ª cimeira supramencionada, ficou decidido que o próximo país a assumir a presidência rotativa, referente a 2025/2027, da organização será a Guiné-Bissau. Esta decisão conta com a perspetiva de futuro de projeção do país porque, segundo o Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, “faz todo o sentido que [a Guiné-Bissau] também tenha essa grande oportunidade que é celebrar não o passado, mas projetá-lo para o futuro”⁵⁴. Esta oportunidade vai ao encontro da vontade partilhada dos Chefes de Estado em dar expressão e visibilidade internacional ao país.

⁵³ 25 julho de 2008, Lisboa.

⁵⁴ Lusa. (2023). *Guiné-Bissau assume próxima presidência rotativa da CPLP*. Diário de Notícias (on line).

No que se refere à Guiné-Equatorial, pode-se verificar que ainda que tenha sido exigido como critério de adesão o seguimento de um roteiro da CPLP, ou seja, um caderno de encargos no sentido de adaptar o país para a integração na organização, o que se verifica é que a adesão foi concluída em 2014 e nove anos após a mesma, não se registam na prática, alteração de paradigma, ou esforços efetivos nesse âmbito, exigidos como critério inicial e à semelhança dos demais Estados-Membros, tais como a abolição da pena de morte, respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais, tendo sido decretado apenas em 2022 a abolição da mesma no código penal⁵⁵, e ainda, o facto de ser “[...] um país que tem o castelhano como língua veicular e que não mostrou sinais de investimento no ensino das duas outras línguas que tem como oficiais, o francês e o português”⁵⁶. Neste sentido, o que se mostra preponderante são os interesses económicos com a questão do setor energético, tendo a adesão da Guiné-Equatorial reforçado o papel da CPLP enquanto um bloco produtor de petróleo, sendo as reservas de petróleo bastante valorizadas como ferramenta estratégica com exponencial potencial económico para as empresas.

De realçar que Moçambique, no corrente ano, se posicionou no âmbito do reforço do multilateralismo na CPLP, no sentido de que “permitirá o estabelecimento de maior equilíbrio de poder entre os países, ao abrir possibilidades para que atuemos em conjunto [...]”⁵⁷. A Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos de Moçambique, Helena Kida, durante o Evento Global da CPLP sobre a Revitalização dos Mecanismos dos Direitos Humanos, defendeu que os Estados-Membros devem reafirmar o compromisso que existe para com os Direitos Humanos, e a respetiva DUDH, “visando a preservação da paz e segurança internacional, como valores fundamentais para o bem-estar do cidadão”⁵⁸. O que se pretende é o reforço de uma estreita comunicação entre os países-membros nesse sentido, para que seja possível identificar quais os desafios a serem enfrentados, e que a vinculação dos mesmos não seja algo meramente teórico, mas sim colocado em prática pelos Estados, sendo um espelho dos valores dos mesmos. Tal como Abigail Noko⁵⁹ referiu, “estes tratados [sobre direitos humanos] não são documentos jurídicos abstratos, pois encontram o seu significado na vida quotidiana de todos os seres humanos”⁶⁰, embora continue a persistir

⁵⁵ O código penal, lei nº 4/2022, assinado pelo Chefe de Estado a 17 de agosto de 2022 entra em vigor 90 dias após respetiva publicação oficial.

⁵⁶ Sá, A. (2016). *Guiné Equatorial e a CPLP: desafios ao futuro da Lusofonia*. Observare: Universidade Autónoma de Lisboa.

⁵⁷ Lusa. (2023). *Moçambique defende atuação coordenada da CPLP na proteção dos direitos humanos*. Observador (on line).

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Representante regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos na África Austral.

⁶⁰ Lusa. (2023). *Moçambique defende atuação coordenada da CPLP na proteção dos direitos humanos*. Observador (on line).

a nível global, um grande desfasamento entre o normativo assinado e a realidade quotidiana.

3.2. Cooperação Económica e Empresarial: CE-CPLP

Desde que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa foi fundada, no âmbito da questão da língua portuguesa, da cultura e da diplomacia, que se foi destacando, a necessidade de estreitar e fomentar as relações económicas entre os países-membros, no sentido de estimular ao crescimento da Comunidade numa dimensão económica, de forma a tentar esbater as acentuadas assimetrias económicas.

Esta vertente apresenta-se como um dos maiores desafios da CPLP, “a promoção de um quadro facilitado de cooperação económica e empresarial, nomeadamente ao nível da internacionalização das empresas, da proteção mútua de investimentos, do incremento das trocas comerciais e da aposta numa educação de qualidade”.⁶¹ A esse desafio está intrinsecamente ligada a importância das lideranças apropriadas e com as capacidades exigidas para tirar partido das potencialidades do projeto lusófono.

Aquilo que neste momento se espera, e é necessário, da parte dos líderes dos países-membros é que determinem em agenda planos em conformidade com a conversão de potencial em capital, de forma a que as economias se tornem mais atrativas ao investimento, “abrindo espaços para que o sector privado tire proveito, por exemplo, dos vários fundos de investimento disponíveis, como é o caso do AfricalInvest, que tem sob gestão 100 milhões de dólares para investir no continente africano, numa primeira fase focado nos países lusófonos [...]”⁶². Este fundo de investimento privado surge neste momento, numa primeira etapa, com a sua atenção direcionada à África Lusófona, tendo sido nesse sentido estabelecido contacto com a CE-CPLP, que abarca os quatro setores-chave: agricultura, indústria, comércio e serviços⁶³.

A Confederação Empresarial ainda que não seja um órgão da CPLP, mas sim um parceiro estratégico com o estatuto de Observador Consultivo, dinamiza o setor económico da comunidade e a implementação do “quarto pilar”⁶⁴ da CPLP, tendo ficado definido que o mesmo não se iria sobrepor às políticas económicas já existentes dos seus membros, assim como à integração em organizações regionais e sub-regionais⁶⁵.

⁶¹ Kadel, A. et al. (2023). *AfricalInvest o fundo para África que aposta nos PALOP*. Forbes África Lusófona, volume (11), p.3.

⁶² Ibidem.

⁶³ Kadel, A. et al. (2023). *AfricalInvest o fundo para África que aposta nos PALOP*. Forbes África Lusófona, volume (11), p.13.

⁶⁴ Pilar económico.

⁶⁵ Retirado de: cplp.org.

Após decisão do Conselho de Ministros, em 2002, foi constituído o Conselho Empresarial da CPLP, sediado em Lisboa, tendo sido outorgado em 2004 pelas seguintes associações:

- Associação Industrial de Angola;
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;
- Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento;
- Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura da Guiné-Bissau;
- Associação Industrial de Moçambique;
- ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação;
- Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de São Tomé e Príncipe;
- Associação Nacional dos Empresários de Timor-Leste.

Posteriormente, em março de 2010, foi aprovada a escritura que transforma o Conselho Empresarial da CPLP na Confederação Empresarial. O objetivo da CE passa por promover a dinamização das relações económicas entre as empresas dos Estados-Membros, no âmbito espacial da Lusofonia, contribuindo para o progresso destas economias na economia mundial, acabando por reforçar consequentemente as relações entre os parceiros dos países da Comunidade, numa prospetiva de diminuição de pobreza e das assimetrias entre os países-membros⁶⁶.

Desta forma, a CE-CPLP encarrega-se de uma das prioridades de grande parte dos países da Comunidade: o desenvolvimento económico.

Em entrevista Nelma Fernandes, presidente da CE-CPLP, afirma que “[...] podemos estar a viver o momento de afirmação da comunidade dos países que falam português [...]”, identificando alguns dos setores que acredita que os Estados-Membros têm capacidade de se afirmar, nomeadamente, o turismo, o setor energético e a agroindústria⁶⁷.

Atualmente, o foco da agenda da Confederação Empresarial passa, enquanto premissa base, pelo desenvolvimento económico dos Estados-Membros, pela procura de soluções efetivas para as empresas, assim como da mobilidade de implementação desses projetos, isto é, “facilitar em concreto, por exemplo, uma empresa que esteja em Angola, que possa vir fazer o seu negócio a Portugal ou no Brasil ou em São Tomé e ter algum suporte financeiro para que isso possa acontecer [...]”⁶⁸.

⁶⁶ Retirado de: cplp.org.

⁶⁷ Ferreira, R. (2023). *Nelma Fernandes: “Acredito que este é o grande momento da CPLP”*. Novo Semanário (on line).

⁶⁸ Ibidem.

Outro setor prioritário da agenda deste mandato até 2026 é o agro-negócio, pois ambiciona-se a possibilidade de os Estados-Membros trabalharem em conjunto de forma a haver uma maior resposta a nível de exportação com a marca CPLP.

Tem também lugar de prioridade o desenvolvimento da capacitação, que até hoje tem estado presente na agenda, na medida em que os Estados-Membros se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento económico⁶⁹.

A presidente da CE refere ainda várias vezes a necessidade de articulação, pois, apenas em conjunto, será possível tirar o máximo partido da capacidade comercial e empresarial da Comunidade, ou seja, “o que faz falta é entendermo-nos e começarmos a olhar uns para os outros enquanto comunidade. Os países, às vezes, são nacionalistas, querem ter a marca do seu produto”⁷⁰.

Conclui-se, portanto, que dentro da Comunidade existe a possibilidade de implementação de novos projetos que possam servir a organização no seu todo e não apenas a nível individual, através da capacidade de ligação, parcerias e mobilidade.

3.3. As Economias da CPLP: PIB, Inflação e IDH

Através da análise dos indicadores macroeconómicos internos, nomeadamente o Produto Interno Bruto e a inflação, e socioeconómicos, Índice de Desenvolvimento Humano, dos países lusófonos, é possível demonstrar que o caminho que se está a percorrer pela CPLP é otimista, com especial impacto nas economias dos PALOP, que integravam menores graus de desenvolvimento e maiores carências em vários âmbitos, sendo também uma das finalidades da CPLP, suprimir essas desigualdades acentuadas. Apesar da taxa de inflação elevada, que se mostra enquanto inimigo ao desenvolvimento económico, a prospetiva atual dos países lusófonos de África é de crescimento. Com os recursos mineiros que os PALOP possuem e a possibilidade de expansão de mercado os especialistas apostam num quadro promissor ao investimento internacional⁷¹.

Segundo o IILP, em 2013 o PIB conjunto das economias da CPLP já equivalia à 6ª economia mundial e apresentava um crescimento de cerca de 4% ao ano⁷². Mais recentemente, em 2021, estimou-se que a junção do PIB dos países lusófonos corresponde a 1,5 biliões de euros, marcado pela expressão do Brasil, apresentado no gráfico 2 em Apêndice, o que significa que a CPLP seria a décima maior economia

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Kadel, A. et al. (2023). *AfricaInvest o fundo para África que aposta nos PALOP*. Forbes África Lusófona, volume (11), p.4.

⁷² Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

mundial, acima da Coreia do Sul e abaixo do Canadá⁷³. Este dado ainda que constitua um índice positivo, não se refere à qualidade de vida e desenvolvimento humano dos Estados-Membros, medido pelo IDH.

Não obstante ao facto de os países lusófonos, à exceção de Portugal, ainda se afastarem dos padrões europeus, é possível observar um ligeiro crescimento nesse sentido, entre 2004 e 2021, dos países-membros do grupo de baixo desenvolvimento humano, é o caso de, segundo o gráfico 1 em Apêndice, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste.

De forma a compreender qual a prospetiva do cenário atual ao nível dos indicadores económicos é possível analisar alguns exemplos de economias lusófonas. Angola por exemplo, segundo o Banco Mundial, as previsões de 2023 a nível de crescimento económico são de 3,3% e inflação entre 9% e 11%. Apesar desta previsão, é de notar que se começou a registar desde abril valores de inflação acentuadamente maiores, acima dos 20%. De acordo com o INE, o PIB angolano registou um crescimento de 3% em 2022, sendo este o segundo e mais rápido ano de expansão económica, desde 2014. Apesar do cenário ainda com marcas de conflito que Angola atravessa, continua a existir uma enorme potencialidade no país. Ainda que a economia angolana esteja maioritariamente dependente do setor petrolífero, a mesma oferece terreno fértil para explorar, assim como recursos hídricos, minerais e costeiros. Não obstante, Angola voltou a decair no Índice de Desenvolvimento Humano⁷⁴.

Cabo Verde por outro lado tem o seu foco de desenvolvimento e maior fonte de receita no turismo e setor hoteleiro, atualmente “o crescimento anual do PIB em Cabo Verde aumentou para 17% em 2022, de 6,40% em 2021. Segundo dados do Banco Mundial, a economia de Cabo Verde avançou 6,7% em termos homólogos no primeiro trimestre de 2023, após um crescimento revisto em alta de 9,5% no trimestre anterior, marcando assim o 8.º trimestre consecutivo de expansão”⁷⁵.

No caso da Guiné-Bissau, que sofreu grandes abrandamentos ainda decorrentes de sintomas do Covid-19, deverá ultrapassar este quadro este ano 2023, “com o crescimento a regressar aos níveis anteriores à pandemia, e a acelerar para 5% em 2024”⁷⁶, assim como conter a inflação em 2023 e 2024.

Posto isto, a CPLP mostra-se num caminho desafiador, mas não impossível, segundo os dados, o quadro geral considera-se promissor. A organização assume neste

⁷³ Observatório da Língua Portuguesa.

⁷⁴ Kadel, A. et al. (2023). *AfricaInvest o fundo para África que aposta nos PALOP*. Forbes África Lusófona, volume (11), p.4.

⁷⁵ Kadel, A. et al. (2023). *AfricaInvest o fundo para África que aposta nos PALOP*. Forbes África Lusófona, volume (11), p.5.

⁷⁶ Ibidem.

parâmetro um papel indispensável para o apoio ao desenvolvimento, em especial das áreas mais carentes que têm contribuído para um crescimento desequilibrado, nomeadamente nos setores saúde, educação e económico.

Conclusão

Balanço Final entre as Prioridades Iniciais e Atuais

Em 2016 Adriano Moreira lembrava que, nessa conjuntura, o Japão e a China já tinham percebido a importância da Língua Portuguesa. Por isso, havia “várias cartas de português em Tóquio na Universidade Católica” e haveria cerca de “umas quinze as universidades que na China ensinam o português”, provando que “o Japão e a China, assumiram a importância que lhe atribuem para o relacionamento, fortalecimento de amizades, e atividades económicas e políticas no espaço da CPLP”. Esta dissertação procurou mostrar se existia também, da parte dos países lusófonos o reconhecimento dessa importância.

Numa análise geral das dimensões que constituem a CPLP, a tendência que se manifesta na Comunidade é, gradualmente, evolutiva, não só da própria organização e dos objetivos que a acompanham, como da influência da própria, mantendo os valores da sua génese.

Ainda que a CPLP se apresente como uma organização marcada pela sua heterogeneidade, muitos dos desafios que contemplam os membros são comuns. O progresso alcançado após mais de 20 anos de organização não significa que não haja ainda um longo caminho a percorrer e dificuldades económicas, políticas e sociais a ultrapassar, de forma a ser possível alcançar um desenvolvimento equilibrado dos membros.

Segundo a Forbes África Lusófona, “[...] a Comunidade de Países de Língua Portuguesa registou avanços na persecução dos objectivos que justificaram a sua fundação”⁷⁷.

As prioridades dos países-membros, que começaram tímidas, limitadas a uma dimensão, de acordo com as necessidades que se mostravam mais imperativas de contornar, é hoje possível de observar que se alargaram e tomaram uma proporção maior, superando expectativas, tendo sido a Lusofonia incluída, em 2018, pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na representação da política externa portuguesa, que foi determinada pelo mesmo como “um hexágono com “seis marcas de água”: a Europa, o Atlântico, a Lusofonia, as Comunidades, a Internacionalização e o Multilateralismo” (Santos Silva, 2018, p. 23).

O conceito que foi pré-idealizado para a CPLP, e para quem dela fizesse parte, era conseguir gerar, no seu sentido literal, uma comunidade. Não apenas no âmbito de uma

⁷⁷ Kadel, A. et al. (2023). *AfricaInvest o fundo para África que aposta nos PALOP*. Forbes África Lusófona, volume (11), p.3.

evidente aproximação e melhoramento das relações bilaterais, com a finalidade de ter uma verdadeira comunhão de pessoas e Estados que estão intrinsecamente ligados pela História e pela língua que partilham entre si, mas também pelo desenvolvimento individual de cada um dos Membros, dando a possibilidade de poderem contar com o suporte da CPLP para esse efeito.

Desde a criação até à (constante) consolidação da organização, a mesma vai ser posta à prova com avanços e recuos, intrínsecos às organizações internacionais, sendo as adversidades aquilo que a vai determinar como eficiente.

Passados mais de 20 anos desde a conceção da CPLP, foi possível observar mais-valias, no decorrer desta investigação, dentro da Comunidade que rumam ao propósito da organização, não o limitando, mas dando-lhe constantemente ferramentas para que esta possa avançar nos diversos domínios, cultural, político, diplomático e económico. É possível observar que o compromisso dos países-membros com a CPLP, e vice-versa, mantém-se firme e com propensão a estreitar-se cada vez mais, facto este possível de observar numa análise mais precisa aos programas de governo mais atuais dos Estados-Membros, em Apêndice III, cuja CPLP é constantemente referida em diversos domínios, cooperação estratégica, setor comercial e empresarial, desporto, cultura e consolidação do espaço lusófono.

O mundo como o conhecemos hoje não é o mesmo do final do século XX, as prioridades dos Estados naturalmente avançaram de acordo com as mutações que o mundo vai sofrendo dentro de um sistema internacional cada vez mais complexo e interligado, torna-se urgente ter a capacidade de o acompanhar, e a CPLP tem provado que está à altura do desafio que foi proposto no qual evidência que, como referiu o ex-Secretário Executivo da CPLP, os países-membros juntos têm mais poder e uma maior influência no jogo internacional num somatório das suas potencialidades. “Os Estados-Membros da CPLP, juntos, tornam-se mais fortes no plano internacional uma vez que a nossa voz, multilateral, faz-se ouvir com mais impacto” (Pereira, 2009, p. 7), assim como mais recentemente, em fevereiro de 2023, o Secretário de Estado da Internacionalização de Portugal, Bernardo Ivo Cruz, em entrevista à ONU News, recupera as palavras do antigo Secretário Executivo da CPLP e reafirma que “os países lusófonos tornam-se mais fortes em conjunto, no cenário internacional”.

Neste sentido, de forma a responder à pergunta de partida que questiona qual o papel da CPLP na política externa dos seus Estados-Membros, podemos concluir que, apesar das alterações a nível de prioridades, intrínsecas à evolução dos Estados e da própria organização, temos uma comunidade em constante construção, com um papel de extrema importância no que toca aos seus membros, inicialmente num contexto linguístico e de estreitar relações, mas hoje vemos um papel com horizontes muito mais

alargados, que superaram as expectativas iniciais, sendo possível observar um influente poder de *lobby* internacional, que se traduz numa poderosa ferramenta de *soft power* e de afirmação coletiva (Pereira, 2009, p.7) no panorama das relações internacionais. Além disso, é detetável também uma importância a nível económico, com o recente surgimento do “quarto pilar” da CPLP, “[...] a introdução de uma componente económica, que não estava prevista pelos seus fundadores, [e que] irá criar um impulso significativo nas relações económicas e nas suas conexões entre os Estados-Membros.”⁷⁸. O que mostra como a organização se expandiu dentro da concertação dos seus países-membros, e que atualmente se apresenta com um papel não tão redutor como o seu conceito original, assente na difusão e materialização da língua portuguesa, mas eclético a um nível de desenvolvimento de um conjunto de países que mostram o seu crescente potencial num contexto da Comunidade que atrai, cada vez mais, o interesse de países dos diversos continentes.

É, portanto, possível afirmar que o impacto da CPLP na política externa dos seus Membros está intrinsecamente dependente de fatores que vão variar de acordo com as circunstâncias. Além disso observamos no decorrer desta pesquisa que a influência e o poder de afirmação da organização foi evoluindo ao longo do tempo, devido à capacidade da mesma de se desenvolver e adaptar aos desafios internacionais. Atualmente foi possível identificar sete aspetos fundamentais que a CPLP impacta diretamente e se mostra enquanto uma ferramenta benéfica para os países-membros. São estes: a cooperação política; o diálogo diplomático, em que o fator linguístico beneficia bastante a comunicação e negociações bilaterais e multilaterais; o desenvolvimento económico; a cooperação cultural e educacional; a cooperação na segurança e estabilidade; assuntos internacionais, tendo a CPLP a possibilidade, enquanto organização, de influenciar a política externa dos seus membros e abordar questões internacionais em conjunto; e intercâmbio de experiências, a troca de valores e boas práticas entre os países-membros, que se mostra essencial à manutenção da democracia e dos governos, tendo o poder de influenciar não só as políticas externas como internas, inerentes a cada Estado.

De notar ainda a importância que a CPLP tem a nível estratégico, acerca do ponto de cooperação, segurança e estabilidade, pois compreende quase todos os países-membros no Atlântico Sul, que representa o Oceano Moreno, criação de Adriano Moreira, e que deve ter tomado em conta face ao sensível contexto internacional que vivemos, sendo que o Atlântico Sul “palco das ameaças já apontadas, representa a via

⁷⁸ Entrevista realizada a 30 de maio de 2023 ao ex-Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, atual Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, embaixador Francisco Ribeiro Telles, para a Tese de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais.

por onde passam redes de narcotráfico e de tráfico humano. Uma ameaça para a segurança mundial em geral, e para o Ocidente em particular, tanto mais que o terrorismo também circula por lá”⁷⁹. Nestas circunstâncias o fator geográfico mostra-se bastante relevante no sentido que constitui um poder funcional que deve ser dessa forma valorizado.

Adriano Moreira realçou repetidamente que o Oceano Moreno representava uma janela de liberdade para Portugal, e que a condição marítima representava uma mais-valia para a quase totalidade dos países lusófonos, sem, no entanto, deixar de frisar que o poder funcional daí decorrente podia não vir a ser efetivamente transformado em poder real se não houvesse vontade política para tal.

Em 2015, Rebelo Duarte, refletia sobre a CPLP e frisava que se tratava de uma Comunidade à procura de um caminho. Na conjuntura atual não parece abusivo afirmar que a Comunidade ainda persiste nessa busca, sem deixar de ter em conta que “uma comunidade de países de língua portuguesa fará sentido como fórum internacional ativo e participativo, não só para vantagens estadualmente concretizáveis, mas para benefício direto dos cidadãos individualmente considerados” (Fontes, 2001, p.3).

⁷⁹ Pinto, J. (2022). *A importância da CPLP para a NATO*. Observador (on line).

BIBLIOGRAFIA

- Adamor, J. (2023). *Presença de Lula na cúpula da CPLP reaproxima Brasil dos países africanos de língua portuguesa e do Atlântico Sul*. Brasil de Fato (on line). Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/26/presenca-de-lula-na-cupula-da-cplp-reaproxima-brasil-dos-paises-africanos-de-lingua-portuguesa-e-do-atlantico-sul>.
- Amaral, A. (2022). *CPLP realça consolidação da Guiné Equatorial como Estado-membro com a abolição da pena de morte*. Observador (on line). Recuperado de <https://observador.pt/2022/10/12/cplp-realca-consolidacao-da-guine-equatorial-como-estado-membro-com-abolicao-da-pena-de-morte/>.
- Conceição, P. (2022). Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022. Recuperado de hdr2021-22overviewptpdf.pdf (undp.org).
- Cravinho, J. (2012). *Novas Coordenadas da Política Externa Portuguesa*. In AA VV, "Portugal num Mundo de Mudança". Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 162-163. Recuperado de: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/956/1/João%20Gomes%20Cravinho.pdf>.
- Duarte, A. (2015). *A CPLP uma Comunidade à procura de um caminho*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa. (conferência).
- Ferreira, R. (2023). *Nelma Fernandes: "Acredito que este é o grande momento da CPLP"*. Novo Semanário (on line). Recuperado de [sapo.pt](https://www.novo-semanario.pt).
- Fontes, J. (2001). *Novas Identidades: Portugal e a Lusofonia*. Comunicação apresentada nas XI Jornadas de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- "fórum", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021. Recuperado de dicionario.priberam.org.
- Freitas, M. (2011). *Graziano da Silva: um diretor-geral de FAO para todos os países*. Recuperado de <https://www.ufrb.edu.br/engenhariadepesca/arquivo-noticias/29-novo-direto-da-fao-sera-um-brasileiro>.
- Gaivão, L. (2010). *CPLP: A cultura como principal fator de coesão*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.
- Galito, M. (2019). *Ensaio sobre política externa portuguesa*. Lisboa: Research Gate.
- Instituto Internacional da Língua Portuguesa. (2013). *PIB da CPLP equivale à 6ª economia mundial e cresce quase 4% ao ano*. Blogue do IILP (on line). Recuperado de <https://iilp.wordpress.com/2013/07/31/pib-da-cplp-equivale-a-6a-economia-mundial-e-cresce-quase-4-ao-ano/>.

- Instituto Nacional de Estatística. (2016). *CPLP em Números: 2015*. Lisboa: INE. Recuperado de <https://www.ine.pt/xurl/pub/251149931>. ISSN 2183-7112. ISBN 978-989-25-0346-2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2003-2010). *Comunidade de Países de Língua Portuguesa: breve retrato estatístico*. Lisboa: INE. Recuperado de cplp.org.
- Kadel, A. et al. (2023). *AfricaInvest o fundo para África que aposta nos PALOP*. Forbes África Lusófona, volume (11). Recuperado de https://www.forbesafricalusofona.com/wpcontent/uploads/2023/07/EspecialCPLP_FAL011_compressed.pdf.
- Lima, R. (2001). *Sociologia do desvio e interacionismo*. Tempo social, v. 13, n. 1.
- Lourenço, E. (2023). *Cimeira da CPLP: Angola passa a pasta a São Tomé, com Marcelo e Costa sob observação*. Expresso (on line). Recuperado de <https://expresso.pt/politica/presidente/2023-08-26-Cimeira-da-CPLP-Angola-passa-a-pasta-a-Sao-Tome-com-Marcelo-e-Costa-sob-observacao-5407b583>.
- Lusa. (2017). *Livre circulação no espaço da CPLP é "quase insolúvel" - diplomata brasileiro*. Diário de Notícias (on line). Recuperado de <https://www.dn.pt/lusa/livre-circulacao-no-espaco-da-cplp-e-quase-insolovel----diplomata-brasileiro-8897988.html>.
- Lusa. (2019). *Portugal acolhe segunda conferência económica da CPLP no final do ano*. Diário de Notícias (on line). Recuperado de <https://www.dn.pt/lusa/portugal-acolhe-segunda-conferencia-economica-da-cplp-no-final-do-ano-10963663.html>.
- Lusa. (2021). *CPLP. Cimeira aprova 13 países e organizações como observadores associados*. Rádio Renascença (on line). Recuperado de <https://rr.sapo.pt/noticia/mundo/2021/07/17/cplp-cimeira-aprova-13-paises-e-organizacoes-como-observadores-associados/246550/>.
- Lusa. (2023). *Guiné Equatorial: Novo Capítulo de Integração NA CPLP*. DW (on line). Recuperado de <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-equatorial-novo-cap%C3%ADtulo-de-integra%C3%A7%C3%A3o-na-cplp/a-66536173>.
- Lusa. (2023). *CPLP: Lula quer que comunidade proponha português como língua oficial da ONU*. Observador (on line). Recuperado de <https://observador.pt/2023/08/27/cplp-lula-quer-que-comunidade-proponha-portugues-como-lingua-oficial-da-onu/>.
- Lusa. (2023). *Guiné-Bissau assume próxima presidência rotativa da CPLP*. Diário de Notícias (on line). Recuperado de <https://www.dn.pt/internacional/guine-bissau-assume-proxima-presidencia-rotativa-da-cplp-16924753.html>.

- Lusa. (2023). *Moçambique defende atuação coordenada da CPLP na proteção dos direitos humanos*. Observador (on line). Recuperado de <https://observador.pt/2023/07/05/mocambique-defende-atuacao-coordenada-da-cplp-na-protecao-dos-direitos-humanos/>.
- Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Lusófonas.
- Mongiardim, M. (2007). *Diplomacia*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2016). *A lusofonia como utopia criadora*. Lisboa Palácio da Independência (conferência).
- Moreira, A. (2017). *Os países lusófonos e um mundo de ruturas*. Coimbra: Universidade de Coimbra (conferência).
- Neves, F. (2013). *A hora da Lusofonia. Para uma crítica da razão lusófona*. Lisboa: Edições Lusófonas.
- Observatório da Língua Portuguesa. (2021). *PIB dos países da CPLP: 1,5 biliões de euros*. Recuperado de <https://observalinguaportuguesa.org/pib-dos-paises-da-cplp-15-biloes-de-euros/>.
- Observatório da Língua Portuguesa. (2017). *Países lusófonos no “ranking” mundial do IDH*. Recuperado de observalinguaportuguesa.org.
- Oliveira, J. A. (1999). Legado. In J. A. Braga (1999). *Aparecido de Oliveira – o homem que cravou uma lança na lua*. Lisboa: Trinova Editora.
- Pereira, D. (2009). *A Importância Estratégica da CPLP no Mundo Global*. Lisboa: Centro Cultural de Malaposta.
- Pinto, J. (2005). *Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Pinto, J. (2020). O papel das solidariedades na alteração do paradigma da representação política, *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, nº47, 170-179.
- Pinto, J. (2022). *A importância da CPLP para a NATO*. Observador (on line). Recuperado de <https://observador.pt/opiniao/a-importancia-da-cplp-para-a-nato/>.
- Planos Governo Estados-Membros.
- Ramos, F. (2019). *CPLP: Indicadores globais*. Observatório de Língua Portuguesa. Recuperado de <https://artsandculture.google.com/story/2gWxyPnugPrmKQ?hl=pt-PT>.

- Sá, A. (2016). *Guiné Equatorial e a CPLP: desafios ao futuro da Lusofonia*. Observare: Universidade Autónoma de Lisboa. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11144/2980>. ISSN: 2183-4814.
- Silva, A. (2018). *O Desenvolvimento da Política Europeia e Externa de Portugal e os Desafios para 2018 – Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros*. MNE – Seminário Diplomático. pp. 1-25. Recuperado de <https://www.portugal.gov.pt/downloadficheiros/ficheiro.aspx?v=632077ca-9c57-4ad0-96af-e8ea9fca321e>.
- Simão. Y. (2022). *Angola defende incremento de parcerias económicas na CPLP*. Jornal de Angola (on line). Recuperado de <https://www.jornaldeangola.ao/ao/motieias-angola-defende-incremento-de-parcerias-economicas-na-cplp>.
- Tonnies, F. (1957). *Community and society*. Tradução de Charles Loomis. Michigan, EUA: Michigan State University Press.
- Venâncio, J. (1996). *Colonialismo antropologia e lusofonias*. Lisboa: Vega.
- Wikipédia. (2023). Lista de organizações internacionais que têm o português como língua oficial. Wikipédia, a enciclopédia livre. Recuperado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_internacionais_que_t%C3%AAm_o_portugu%C3%AAs_como_l%C3%ADngua_oficial.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Entrevista realizada a 30 de maio de 2023 ao ex-Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, atual Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, embaixador Francisco Ribeiro Telles, para a Tese de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais.

1ª questão – Enquanto Secretário Executivo da CPLP, a avaliação inicial da Comunidade correspondeu às suas expectativas?

FRT - A CPLP quando foi criada gerou enormes expectativas, pois tratava-se da possibilidade de termos uma plataforma de diálogo e de concertação política, em Lisboa, de países que foram ex-colónias de Portugal e cujo objetivo era primordialmente, na sua génese fundadora, a promoção e difusão da língua portuguesa.

Essas expectativas em relação ao papel da CPLP, de certa forma, esmorecendo-se com o tempo, mas isso é normal, acontece com qualquer organização internacional. Repare: das organizações congêneres, a Commonwealth tem quase 1 século de existência e a francofonia tem 50 anos de existência, e nessa perspetiva a CPLP nessa perspetiva é uma organização relativamente jovem e que tem dado passos importantes na sua consolidação. Não é fácil termos uma organização que está espalhada por 4 continentes, em que os níveis de desenvolvimento económico são muito diferenciados de um país para o outro, não existe continuidade geográfica como outras organizações - a União Europeia está na Europa, o Mercosul na América Latina. A CPLP tem a vantagem, de ser composta por Estados-Membros que pertencem a organizações regionais muito diferenciadas.

Valeu a pena ter construído a CPLP e vale a pena mantermos viva a ideia da CPLP, a CPLP tem futuro.

2ª – Ao longo do seu mandato contou com o apoio inequívoco dos Estados-Membros? Como foi expresso esse apoio?

FRT - Conteí sempre com o apoio dos Estados-Membros. É natural que se constate que haverá aqui e acolá Estados-Membros mais empenhados num dossier do que outro, mas isso faz parte da própria génese das organizações internacionais. Sempre mantive o apoio dos Estados-Membros e enquanto Secretário Executivo. Fui eleito para executar uma política que foi definida pelo país que assumiu a presidência da CPLP, neste caso Cabo-Verde, que fez uma excelente presidência.

3ª – Considera que todos os Estados-Membros veem a CPLP como um elemento importante das respetivas políticas externas?

FRT - Sim, mas não lhe escondo que há países que dão mais importância à CPLP que outros, e há países para quem a CPLP é um instrumento de política externa muito importante e relevante enquanto que haverá outros para quem a CPLP não é prioritária, mas isso faz parte da própria dimensão de cada país e do lugar que pretendem ocupar na cena internacional.

De certa forma, a CPLP não existiria se não houvesse uma vontade muito forte dos seus Estados-Membros em participar nos trabalhos da organização.

4ª – Que constrangimentos enfrentou ao longo do processo de afirmação da Comunidade?

FRT - Há sempre constrangimentos que à partida podem limitar a ação da CPLP. As questões financeiras, por exemplo. Cada Estado-Membro da CPLP tem uma quota anual para pagar. Há países que por uma razão ou outra se atrasam no pagamento das quotas, e isso, obviamente, afeta o funcionamento diário da CPLP.

Foi de facto uma preocupação minha poder contar atempadamente com as contribuições que dizem respeito a cada Estado-membro, que são contribuições obrigatórias. Talvez tenha sido este o principal constrangimento, mas trata-se de um problema que é comum a todas as organizações internacionais.

5ª – O que foi feito em termos de mobilidade e da construção de um espaço verdadeiramente lusófono?

FRT - Todos nós diplomatas, temos consciência da importância da CPLP. A CPLP é uma organização que funciona bem, por exemplo, no que diz respeito a candidaturas de personalidades dos seus Estados-Membros para altos cargos das organizações internacionais. É um bloco coeso. Lembro-me da importância que teve a CPLP, na eleição do Diretor-Geral da FAO. Foi graças ao voto dos seus Estados-Membros, que o brasileiro José Graziano conseguiu ser eleito. A importância que teve a CPLP também, para a eleição do atual Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

Também na eleição do brasileiro Roberto Azevedo, para a chefia da Organização Mundial do Comércio (OMC), a CPLP jogou um papel relevante, pois Portugal enquanto Estado-Membro da UE, influenciou alguns países europeus a votar no candidato brasileiro.

Onde eu senti que faltava criar um novo fôlego para a CPLP foi em dois domínios: a vertente económica e a construção de um sentimento de pertença à organização. Se os três pilares da organização são a promoção e difusão da língua portuguesa; a

concertação político-diplomática e a cooperação entre os seus Estados-Membros, há uma vertente cada vez mais importante, e que a CPLP finalmente está a dar os primeiros passos: a vertente económica e empresarial, tendo em conta os diferentes mercados que constituem os países CPLP, espalhados por quatro continentes.

Por outro lado, o principal objetivo da presidência cabo-verdiana era alcançar um acordo de mobilidade que significasse uma maior liberdade de circulação entre os Estados-Membros da CPLP, e uma maior aproximação entre os cidadãos que compõem a organização.

Este acordo agora começa a dar os seus primeiros passos. Vai ser uma etapa muito importante para o tal sentimento de pertença de que lhe falei há pouco.

Também é importante referir que a CPLP tem a sua sede em Lisboa. Existe um secretariado que funciona em permanência, as reuniões de embaixadores junto da CPLP têm uma prioridade mensal. É uma plataforma de diálogo e concertação ao nosso dispor diariamente.

Também cada vez mais a CPLP suscita interesse em países terceiros. Quando cheguei à CPLP havia seis ou sete países Observadores Associados, com o desejo de se inserirem nos trabalhos da CPLP. Hoje em dia são mais de 30 países e organizações nesta categoria, incluindo os Estados Unidos, oito países da UE, alguns países da Ásia e da América Latina. O que está agora em discussão, é uma reflexão sobre a contribuição desses países para as atividades da CPLP e em que domínio eles podem vir a ser úteis à organização. Este recente interesse pela CPLP também é motivado pelo facto de a língua portuguesa estar em franca expansão pelo mundo inteiro, sobretudo em África. As projeções demográficas das Nações Unidas para o final do século apontam para 150 milhões de habitantes em Angola e 140 milhões em Moçambique. Outra matéria de grande importância será, no futuro, a CPLP poder enveredar por um pilar económico, com tudo o que isso implica em termos de trocas comerciais, investimentos e oportunidades de negócio.

6ª – Que balanço faz do seu mandato enquanto Secretário Executivo da CPLP?

FRT - Talvez a maior realização tenha sido contribuir para uma nova etapa da CPLP, que é o Acordo sobre a Mobilidade no espaço da CPLP e que irá permitir uma maior e mais livre circulação entre os Estados-Membros da CPLP.

7ª – Qual a visão prospetiva que traça para a CPLP?

FRT - A CPLP é uma organização jovem, assente na promoção e difusão da língua portuguesa o que constitui por si só uma mais-valia pelo facto do português ser uma

língua em franca expansão. Este facto concede à organização um peso acrescido, no contexto global.

Também a introdução de uma componente económica, que não estava prevista pelos seus fundadores, irá criar um impulso significativo nas relações económicas e nas suas conexões entre os Estados-Membros. Por último, a implementação progressiva, do acordo de mobilidade através da agilização dos procedimentos administrativos, para que a circulação de pessoas se faça de uma forma mais expedita em benefício de toda a Comunidade.

APÊNDICE II

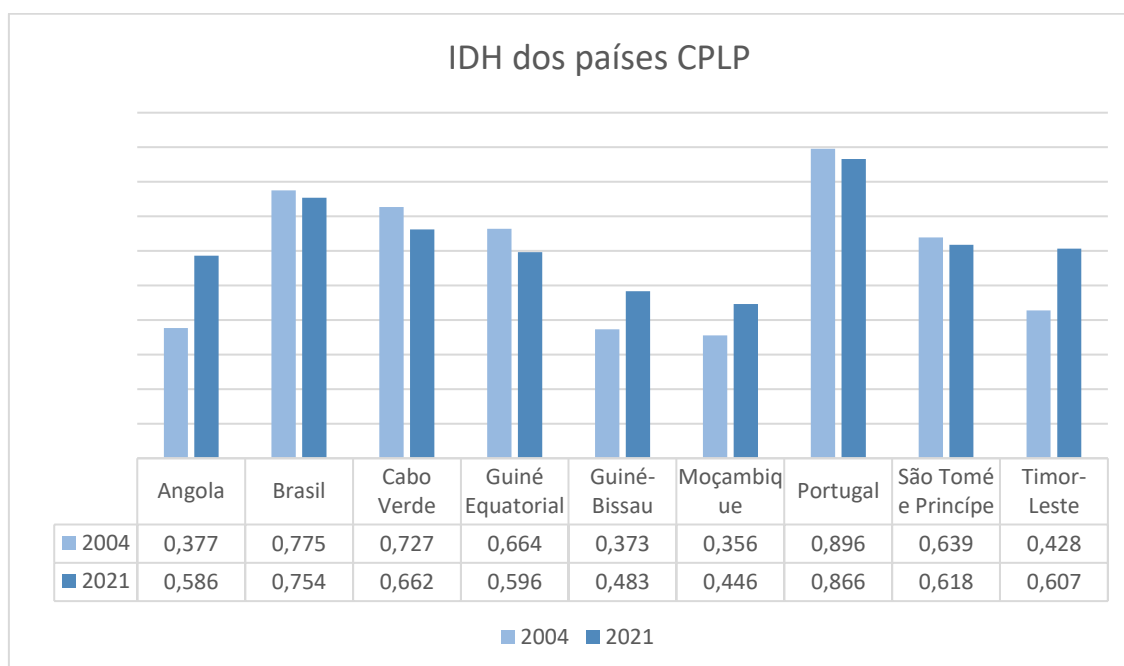


Gráfico 1 – fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas

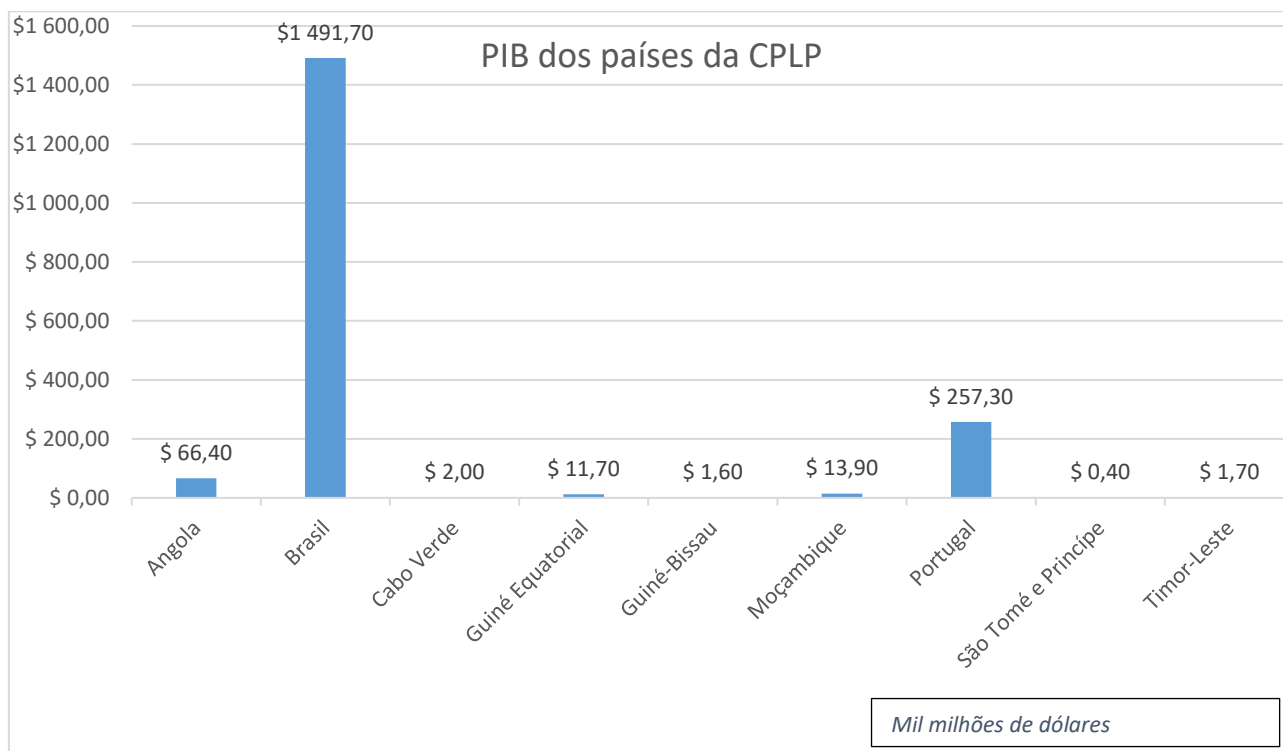


Gráfico 2 – fonte: Observatório da Língua Portuguesa

APÊNDICE III

Programas de Governo dos Estados-Membros CPLP

Análise consultiva realizada aos programas oficiais de governo dos Estados-Membros e outros documentos governamentais pertinentes, cuja finalidade é compreender o contínuo interesse dos mesmos na CPLP e de que forma incluem a organização nos seus governos.

Dos nove Estados-Membros apenas não foi possível consultar documentos oficiais/governamentais da Guiné Equatorial.

Palavras-chave: CPLP; lusofonia; comunidade lusófona;

Portugal

Plano Governo Constitucional XXIII

Consultado em:

<https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=%C2%ABmlkvi%C2%BB=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>.

A CPLP é mencionada 8 vezes; lusofonia 0 vezes; comunidade lusófona 0 vezes.

1. “Ao mesmo tempo, consolidámos e alargámos os eixos estratégicos da política externa portuguesa. [...] Na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (**CPLP**), com a conclusão bem-sucedida do Acordo sobre Mobilidade, os programas de cooperação mantidos com todos os países africanos de língua portuguesa e com Timor-Leste, e o programa específico de apoio e doação de vacinas contra a COVID-19”.
2. “Para Cultivar relações bilaterais diversificadas, atentas às lógicas de aliança, vizinhança e parceria e às oportunidades de desenvolvimento de trocas económicas, consultas políticas e intercâmbio cultural o Governo irá: [...] valorizar a **CPLP**, como comunidade de língua, cidadania, cooperação político-diplomática e espaço económico o Governo irá: implementar o Acordo sobre Mobilidade na **CPLP**, procedendo às necessárias alterações legislativas na ordem interna; reforçar o papel da **CPLP** na projeção da língua e das culturas de língua portuguesa, apoiando designadamente a atividade do Instituto Internacional da Língua Portuguesa; aprofundar a dimensão económica da **CPLP**, em estreita ligação com a presidência angolana e o seu programa, criando novas condições para o investimento e as trocas comerciais”.

3. “Migrações: [...] Implementar o acordo de mobilidade no âmbito da CPLP e outros programas específicos de promoção da imigração, trabalhando numa parceria entre serviços públicos, associações empresariais e empresas, nomeadamente por setores, em Missões que integrem a dimensão da mobilidade profissional. Desta forma, será possível a contratação de cidadãos de países terceiros para áreas profissionais de carência da nossa economia, nomeadamente mais especializadas e em áreas tecnológicas, incluindo ações de divulgação de ofertas de emprego disponíveis”.
4. “Internacionalização: [...] Reforçar a presença e a articulação dos organismos públicos da Cultura no âmbito da CPLP, da Organização de Estados Ibero-Americanos e da UNESCO, com o objetivo de divulgar as boas práticas nacionais e facilitar o desenvolvimento e a concretização de projetos de cooperação internacional na área da Cultura”.

Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Consultado em:

https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf.

A CPLP é mencionada 13 vezes no documento do Conceito Estratégico de Defesa nacional, aprovado em 2010 (?); lusofonia 0 vezes; comunidade lusófona 1 vez.

1. “Os interesses nacionais que decorrem do estatuto de Portugal como uma democracia europeia e atlântica - com vocação universal mas com recursos limitados - tornam necessária a sua integração numa rede de alianças estável e coerente. A UE e a OTAN são, assim, vitais para a segurança e defesa nacionais, bem como para a modernização e prosperidade de Portugal. Os interesses nacionais exigem uma maior coesão e solidariedade no seio da UE e da OTAN, o reforço da parceria estratégica entre estas duas organizações, bem como entre a Europa e os EUA. O interesse de Portugal é, ainda, inseparável do fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (**CPLP**). Em complemento, importa aprofundar ou estabelecer parcerias estratégicas bilaterais, quer com outros membros da comunidade europeia e ocidental, quer no **espaço lusófono**, quer, ainda, na zona do Magrebe e com as potências emergentes”.
2. “A definição estável e coerente da posição internacional de Portugal como uma democracia europeia e ocidental, tornou possível não só uma estratégia consistente de integração na UE e de consolidação da posição portuguesa na

- OTAN, como o incremento das relações com os Estados de língua portuguesa, nomeadamente com a criação da **CPLP**".
3. "Em resumo: no princípio do século XXI, Portugal, membro da UE, da OTAN e da **CPLP**, está no centro geográfico da comunidade transatlântica e é um elo natural nas relações entre a Europa Ocidental e a América do Norte e com a América do Sul e a África Austral, regiões com as quais se pretende aprofundar o nosso relacionamento".
 4. "Portugal deve empenhar-se na valorização dos programas de cooperação militares e de segurança no quadro da **CPLP** e estabelecer parcerias estratégicas de segurança para criar quadros de cooperação relevantes para a defesa de interesses comuns, designadamente no domínio da segurança das linhas de comunicação marítimas e na gestão de crises".
 5. "Estas parcerias são relevantes para consolidar a autonomia nacional e defender os interesses e os valores nacionais numa área geográfica de interesse estratégico para Portugal. Essas iniciativas são uma forma de demonstrar o empenho de Portugal na defesa da unidade do Atlântico, cuja consolidação é crucial para o reforço dos vínculos entre os membros da **CPLP**".
 6. "No quadro do processo de planeamento estratégico, com o objetivo de maximizar as capacidades nacionais, importa explorar, pelo que isso representa em termos de elemento multiplicador do potencial estratégico nacional, os seguintes ativos nacionais: a história, a identidade e coesão nacionais; a cultura e o espaço linguístico; um regime democrático consolidado; a participação na UE, na OTAN e na **CPLP**; o mar e a centralidade no espaço atlântico; o caráter arquipelágico do território; o clima e as comunidades de emigrantes".
 7. "Objetivos políticos, mais concretos e atuais, que permitam uma consistente elaboração do planeamento estratégico. No quadro das políticas de segurança e defesa nacional estão definidos como objetivos conjunturais, garantir: [...] O empenho na consolidação da **CPLP**".
 8. "Portugal tem um estatuto internacional estável como uma democracia ocidental, membro de pleno direito da UE e da OTAN e fundador da **CPLP**. Os interesses permanentes da política externa portuguesa estão bem definidos e assentam num consenso nacional".
 9. "A diplomacia e a política externa são essenciais para a prossecução dos objetivos da estratégia nacional nas relações internacionais. As linhas de ação prioritárias para defender a posição internacional de Portugal incluem: [...] Contribuir para a consolidação da CPLP e reforçar as parcerias estratégicas com

- os Estados de expressão portuguesa, desenvolvendo as dimensões políticas, económicas e de segurança e defesa nesse eixo estratégico”.
10. “O reforço da segurança e da defesa nacional assenta na consolidação das relações externas de defesa, nomeadamente com a OTAN e a UE, bem como pelo aprofundamento das dimensões de segurança das políticas de cooperação na **comunidade lusófona**, cuja concretização passa pelas seguintes linhas de ação: [...] Alargar as relações bilaterais e multilaterais de segurança e defesa com os Estados membros da **CPLP**, em particular nos domínios da cooperação técnico-militar e da reforma do sector da segurança”.
 11. “A pirataria constitui uma séria ameaça à segurança, afetando as rotas vitais do comércio internacional. Portugal deve continuar a participar em missões de combate à pirataria, no quadro das suas alianças, e contribuir para a segurança dos recursos comuns do planeta, bem como cooperar com os Estados de língua portuguesa, nomeadamente no âmbito do Acordo de Defesa da **CPLP**, para desenvolver ações de segurança marítima e de combate a esta ameaça”.
 12. “Estabelecer parcerias estratégicas de segurança com os países da **CPLP**, abertas a iniciativas conjuntas no domínio da segurança e da defesa, nomeadamente o combate à criminalidade organizada, à cibercriminalidade e à segurança das rotas navais”.
 13. “Tendo em conta os recursos disponíveis e a conjuntura, o emprego de recursos militares nacionais deve obedecer a uma escala geopolítica de prioridades. Em primeiro lugar, na defesa cooperativa da paz e da segurança nas regiões europeia e euro-atlântica, em conjunto com os aliados, bem como na proteção das comunidades portuguesas no estrangeiro; em segundo lugar, nas áreas vitais para o combate ao terrorismo transnacional e outras ameaças diretas à região euro-atlântica; em terceiro lugar, na cooperação no domínio da segurança e defesa com os países da **CPLP**; e, finalmente, participar em missões de ajuda de emergência das Nações Unidas”.

Cabo Verde

Programa de Governo e Moção de Confiança 2021-26

Consultado em:

<https://paicv.cv/wp-content/uploads/2020/07/Programa-VIII-Governo-Constitucional.pdf>.

A CPLP é mencionada 9 vezes; lusofonia 0 vezes; comunidade lusófona 0 vezes.

1. “Esta conjuntura exige que a política externa, a diplomacia e os diplomatas funcionem e atuem com base em orientações e estratégias previamente delineadas para, estribados numa forte articulação multisectorial e transversal, defender e projetar os interesses de Cabo Verde nas Nações Unidas, na União Africana, na CEDEAO, na **CPLP** e junto dos Estados com os quais Cabo Verde nutre relações de amizade e cooperação mutuamente frutíferas e benéficas de várias ordens.”
2. “No plano multilateral: [...] Como membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (**CPLP**), espaço linguístico comum com potencial de fortalecimento e de alargamento do espectro de influência para se constituir como um espaço de livre circulação de pessoas, de atração de investimentos e dinamização do comércio, complementando os espaços de integração económica que os diversos países da **CPLP** pertencem”.
3. “De 2016 a 2020, várias iniciativas foram desenvolvidas e concretizadas no domínio das relações externas, com destaque para: [...] Liderança de Cabo Verde no Acordo de Mobilidade na **CPLP** que deve ser aprovado na cimeira de chefes de estado em Luanda”.
4. “O Governo estimulará e investirá em programas que permitam o intercâmbio e a interação no domínio do conhecimento, inovação, cultura, desporto de jovens cabo-verdianos com jovens da diáspora, da CEDEAO, da **CPLP**, da UE e de países com os quais Cabo Verde tem relações privilegiadas de cooperação”.
5. “O Governo promoverá o reforço da presença da cultura cabo-verdiana no exterior, na diáspora, na **CPLP** e na CEDEAO, assumindo a cultura como um veículo do aumento da notoriedade de Cabo Verde no mundo”.
6. “O Governo criará as condições e desenvolverá a diplomacia económica para a penetração de produtos da indústria cabo-verdiana em países africanos da **CPLP** e da CEDEAO, nomeadamente a indústria farmacêutica no quadro da Plataforma Internacional de Saúde”.
7. “Segurança: [...] Reforçará o quadro de cooperação internacional, atendendo aos interesses permanentes da segurança nacional, especialmente com a CEDEAO, com a CPLP e com a União Europeia, no âmbito da Parceria Especial”.
8. “No quadro das relações externas e da vocação atlântica de Cabo Verde, o governo continuará a trabalhar para reforçar a segurança cooperativa do atlântico médio e sul através da sua participação nos programas de cooperação no sector da Defesa da CEDEAO, incluindo a Zona G, tal como definido na estratégia de Yaoundé, da **CPLP**, dos ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação

do Atlântico Sul), do Centro do Atlântico e do Mecanismo das PMC – presenças marítimas coordenadas”.

São Tomé e Príncipe

Programa Estratégico de Cooperação Portugal – São Tomé e Príncipe 2021/25

Consultado em:

https://www.gpp.pt/images/globalagrimar/bilateral/Sao_Tome_Principe_PEC_2021_2025.pdf.

A CPLP é mencionada 0 vezes; lusofonia 0 vezes; comunidade lusófona 0 vezes.

Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de S. Tomé e Príncipe 2020/24

Consultado em:

<https://financas.gov.st/phocadownload/Planeamento/publicacao/Plano%20Nacional%20de%20Desenvolvimento%20Sustentavel%20-%20STP%20-%202020-2024.pdf>.

A CPLP é mencionada 2 vezes; lusofonia 0 vezes; comunidade lusófona 0 vezes.

1. “Setor Comercial e Industrial: [...] O País também precisa investir na qualificação dos recursos humanos e prepará-los para a aquisição das habilidades adequadas ao desenvolvimento de qualquer tipo de atividade. Goza de estabilidade cambial, derivada do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal, que estabeleceu a paridade fixa da Dobra com o Euro; possui bons padrões de saúde, designadamente de saúde pública, com quase ausência de endemias; possui boas relações com a União Europeia, Estados Unidos da América, África e o Brasil; e é membro da **CPLP** e da CEEAC”.
2. “Empreendedorismo e empregabilidade: [...] Promover a inserção dos jovens empreendedores nacionais na União dos Jovens Empreendedores da Confederação Empresarial da **CPLP**”.

Plano Nacional de Desenvolvimento São Tomé e Príncipe 2017/21: um crescimento acelerado, redutor da pobreza e protetor do ambiente

Consultado em:

<https://faolex.fao.org/docs/pdf/sao200386.pdf>.

A CPLP é mencionada 2 vezes.

1. “Apoio ao desenvolvimento do desporto: [...] Apoio à promoção de desporto competitivo, nomeadamente através da formação e supervisão de jovens atletas,

apoio à regionalização destes desportos e à participação em eventos desportivos internacionais organizados pela Comunidade de Países de língua portuguesa (**CPLP**)”.

2. “Consolidação da cooperação empresarial: [...] Consolidação, aprofundamento e diversificação das relações de cooperação bilateral através do fortalecimento das relações com os países parceiros tradicionais, como Portugal, Nigéria, Angola e os Estados membros da **CPLP**”.

Angola

Programa de Governo MPLA 2022/27

Consultado em:

<https://mpla.ao/theme/web/assets/docs/Programa%20de%20Governo%202022-2027.pdf>.

A CPLP é mencionada 3 vezes; lusofonia 0 vezes; comunidade lusófona 0 vezes.

1. “Ainda neste domínio, destacar a realização, em Luanda, da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (**CPLP**), tendo sido eleito o Camarada Presidente João Lourenço, como Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da **CPLP**, para o biênio 2021-2023 e foi criado, pela primeira vez, um pilar sobre Cooperação Económica entre os países que integram esta comunidade”.
2. “Assegurar a continuação da liderança estratégica no processo de implementação da vertente económica, como quarto pilar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (**CPLP**)”.

Brasil

Plano de Governo Brasil 2023/26

Consultado em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/908966/5_1660093698051.pdf.

A CPLP é mencionada 0 vezes; lusofonia 0 vezes; comunidade lusófona 0 vezes.

Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil Lula Alckmin 2023/26
Coligação Brasil da Esperança

Consultado em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/280001607829/pje-3b1196fd-Proposta%20de%20governo.pdf>.

A CPLP é mencionada 0 vezes; lusofonia 0 vezes; comunidade lusófona 0 vezes.

Guiné-Bissau

Programa Estratégico de Cooperação Portugal – Guiné-Bissau 2021/25

Consultado em:

https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/PEC_POR-GB_2021-2025_VF.pdf.

A CPLP é mencionada 2 vezes; lusofonia 0 vezes; comunidade lusófona 0 vezes.

1. “11. Reconhecendo a Língua Portuguesa como língua pluricêntrica, património da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (**CPLP**), com um acentuado crescimento enquanto Língua de Negócios, com cerca de 278 milhões de falantes a nível global”.
2. “17. Serão tidos em consideração, ao longo do período de vigência deste PEC, os objetivos partilhados e a cooperação estabelecida no âmbito da **CPLP**, pilares estratégicos da Comunidade”.

Moçambique

Programa Quinquenal do Governo: 2020/24

Consultado em:

http://www.ts.gov.mz/images/PQG_2020.2024_Versao_AR__02042020-min.pdf.

A CPLP é mencionada 3 vezes; lusofonia 0 vezes; comunidade lusófona 0 vezes.

1. “DESPORTO: [...] Assegurar a participação do País em competições desportivas internacionais, nomeadamente: Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Jogos Africanos, Campeonatos Africanos, Jogos da AUSC, Jogos da **CPLP**, Campeonatos Zonais; e j) Organizar os Jogos Desportivos da **CPLP** e da AUSC R5, acolhendo no nosso país cerca de 6000 atletas oriundos de 19 países”.

2. “ESTRATÉGICO: [...] Promover e consolidar parcerias através da participação do País em fóruns internacionais no domínio do desporto (RADO, AUSC, UA, CPLP, WADA, Commonwealth)”.

Timor-Leste

Programa V Governo Constitucional Nian Legislatura 2012/17

Consultado em:

<https://www.laohamutuk.org/misc/gov5/GovtProg26Aug2012te.pdf>.

A CPLP é mencionada 2 vezes; lusofonia 0 vezes; comunidade lusófona 0 vezes.

1. “Negócios Estrangeiros: [...] Em 2014, Timor-Leste tornou-se presidente da CPLP, onde continua a servir basicamente um grupo importante [...]”.
2. “Relações bilaterais: [...] cooperamos com a CPLP [...]”.